

# UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL É URBANO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

## MARIANA BOAVENTURA DE MACÊDO SOARES

NOTAS SOBRE PROCESSOS DE CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA URBANOS E RURAIS DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA

## MARIANA BOAVENTURA DE MACÊDO SOARES

## NOTAS SOBRE PROCESSOS DE CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA URBANOS E RURAIS DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano - PPDRU, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate International Universities como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Euclimar Xavier de Menezes.

#### FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities).

Soares, Mariana Boaventura de Macêdo

Notas sobre processos de consolidação da cidadania urbanos e rurais da cidade de Feira de Santana. / Mariana Boaventura de Macêdo Soares. – Salvador: Unifacs 2017.

101 f.: il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano - PPDRU da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. José Euclimar Xavier de Menezes.

- 1. Cidadania. 2. Desenvolvimento social. 3. Políticas públicas.
- I. Menezes, José Euclimar Xavier de, orient. II. Título

CDD: 323.6

Dedico este trabalho às razões do meu existir, Deus, e à milha família: meu pai Joselito, minha mãe Cecilia, meu irmão Rudá, ao meu esposo Romualdo e aos meus avós, ao meu orientador e colegas de mestrado que caminharam junto a mim até esta realização.

#### **AGRADECIMENTOS**

Sem a fé eu nada seria, primordialmente agradeço a Deus e as forças divinas que me sustentaram até aqui. À minha família como benção que tenho em minha vida, bem como o meu pai que me apresentou o Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS e me incentivou a seguir em frente, e à minha mãe que mostrou a força que precisava ter como mulher e profissional que busco ser, e ao meu irmão sempre me lembrando dos meus propósitos de vida com as palavras "Isso aí, este é a sua missão, siga em frente!". Agradeço ao meu esposo por cada instante de paciência e por todo carinho e amor que recebi nos momentos mais difíceis. Gratidão aos meus professores do mestrado e em especial ao Professor Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes, que incialmente me orientou e apoiou o desenvolvimento deste trabalho, e por contingência à sua saída deixou-me acolhida e orientada pelo Professor Dr. José Euclimar Xavier de Menezes. Valoro também a Professora Dra. Iracema Raimunda Brito Neves Aragão pelo incentivo e aos conhecimentos compartilhados à este estudo.

"Não quero minha casa murada de todos os lados, nem minhas janelas fechadas. Quero que as culturas de todas as nações soprem por toda minha casa o mais livremente possível. Mas nego-me a ser carregado por qualquer uma delas".

Mahatma Gandhi

#### RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa motivada por um cenário envolvido de carências resultado de políticas públicas pouco efetivas no Desenvolvimento social em um contexto urbano e rural de uma cidade. Trata-se de um estudo de caso cuja análise recursa da metodologia qualitativa, pois tem como base descrever o sentido existencial dos fatos vividos pelas comunidades que se dispuseram ao estudo. Neste sentido, procurou-se traçar perspectivas de uma cidadania insurgente e a articulação das políticas públicas em desenvolvimento social, assim como os projetos municipais, as metas e os orçamentos prospectados para aplicação no bairro Cidade Nova e para o Distrito de Jaguara. Buscou-se identificar os fenômenos de desigualdade social e dispositivos de economia presentes nos espaços urbanos e rurais que influenciam no processo de evidenciação da cidadania, bem como descrever os modos de vida e a percepção de visibilidade social da população rural e urbana do município e sua convergência para as condições de cidadão. Igualmente, buscou-se discutir as construções ideológicas presentes nos modos de vida urbano e rurais na cidade de Feira de Santana. As lentes que possibilitaram focar o escopo desta investigação consideram a coerências entre a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) e suas vertentes para a Assistência Social, bem como o Desenvolvimento Social, apresentando-se como procedimento metodológico o estudo de caso por meio da Análise de Discurso dos cidadãos. Constatou-se, com esse estudo, que um dos principais fatores para o insucesso das políticas públicas para o Desenvolvimento Social reside na má articulação do poder público com a realidade do cidadão urbano e rural, ensejando a que se construa, ainda que fragmentária e episodicamente, uma cidadania insurgente.

Palavras-chave: Cidadania. Desenvolvimento Social. Políticas Públicas.

#### **ABSTRACT**

This study is based on a research project motivated by a recognition of shortcomings in the social development of both the urban and rural sectors of a city as a result of ineffective public policy making. It is a qualitative case study in that it describes the existential facts that mark the life of the communities that participated in the investigation. The study sought to outline the prospects for insurgent citizenship and the articulation of social development focused public policy making, as well as municipal projects, targets and budgets, in the suburb of Cidade Nova and the rural district of Jaguara. The study aimed to identify the phenomena responsible for social inequality and the economic mechanisms present in the abovementioned urban and rural spaces that influence the emergence of citizenship, as well as describing their way of life and perceived sense of visibility as related to their condition as citizens. Furthermore, the ideological constructions present in the urban and rural contexts of the city of Feira de Santana were also investigated. The coherence between the Budget Guidelines Law (LDO) and the Budgetary Law (LOA), and their consequences for Social Assistance and Social Development, provides the scope of the study, the methodological procedure being a discourse analysis case study of the citizens involved. The study found that one of the principle reasons for the failings of social development policies is the inability of policy makers to fully comprehend the reality of urban and rural citizens, which provides space for an, as yet, fragmented and episodic insurgent citizenship.

**Key words:** Citizenship. Social development. Public Policy.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Políticas estabelecidas para o município de Feira de Santana - Exercício 201648
Quadro 2 - Políticas estabelecidas para o município de Feira de Santana - Exercício 201751
Quadro 3 - Demonstrativos da Execução das Despesas por Função ou Subfunção 1º Bimestre de 2016 e 201754
Quadro 4 - Demonstrativos da Execução das Despesas por Função ou Subfunção 2º Bimestre de 2016
Quadro 5 - Demonstrativos da Execução das Despesas por Função ou Subfunção 3º Bimestre 2016
Quadro 6 - Comparativo de pobreza e desigualdade na Bahia, Feira de Santana e cidades relacionadas em 201060

## **LISTA DE FIGURAS**

igura 1 - Pirâmide da Escala de Direitos2	24
igura 2 - Pirâmide da Escala de Direitos Brasileira2	26
igura 3 - Caracterização da área rural de Feira de Santana – Distrito de Jaguara .6	63
igura 4 - Caracterização da área rural de Feira de Santana: Distrito de Jaguara6	64
Figura 5 - Caracterização da área urbana de Feira de Santana: Bairro Cidade Nov 2017)6	
igura 6 - Caracterização da área urbana de Feira de Santana: Cidade Nova6	66
rigura 7 - Caracterização do cidadão rural de Feira de Santana – Vaqueiros d aguara6	
igura 9 - Nuvem de palavras relacionadas: entrevistas cidadão urbano e rural	87
igura 10 - Similitude cidadãos urbanos e rurais	88
igura 11 - Nuvem de Palavras: cidadãos urbanos Cidade Nova	89
igura 12 - Similitude cidadãos urbanos	90
igura 13 - Nuvem de Palavras: cidadãos rurais Jaguara	91
igura 14 - Similitude cidadãos rurais	92

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: Índice de evolução da renda nacional por habitante e desigualdade pessoal da renda (Gini) entre 1960 e 2009	
Gráfico 2 - Pirâmide Etária Feira de Santana da distribuição por sexo segundo grupos de idade	
Gráfico 3 - Evolução do IDHM Feira de Santana	.61

#### LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACESSUAS Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho

CadÚnico Cadastro Único

CEB Centro de Educação Básica

CEU Centro de Artes e Esportes Unificados

CRAS Centro de Referência em Assistência Social

CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CSU Centro Social Urbano

FJP Fundação João Pinheiro

FUNTITEC Fundação Municipal Egberto Tavares Costa

IAG Instituto Antônio Gasparini

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM Indice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA Lei Orcamentária Anual

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário

NEOJIBA Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PACE Programa de Acessibilidade aos Cidadãos Especiais

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA Plano Pluri Anual

PETI Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB Produto Interno Bruto

SDT Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEDESO Secretaria de Desenvolvimento Social

UEFS Universidade Estadual de Feira de Santana

URBIS Habitação e Urbanização da Bahia

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	.15
2 CIDADANIA	.23
2.1 CIDADANIA, ESTABELECER UM CONCEITO OU UMA CIDADAN INSURGENTE?	
2.1.1 O caso brasileiro e a Subcidadania	30
2.1.2 O índice de Gini para análise de mudança social	.33
2.2 A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA NA ESFERA EDUCACIONAL, POLÍTICA CULTURAL	
2.3 DESIGUALDADE SOCIAL E CIDADANIA	.37
3 POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL	.39
3.1 PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	42
3.2 CENÁRIO DE FEIRA DE SANTANA	.45
3.2.1 A execução das verbas e metas para o Desenvolvimento Social	46
3.2.1.1 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função ou Subfunção	47
3.2.2 IDH – Feira de Santana	.59
4 O CASO DO DISTRITO DE JAGUARA E DO BAIRRO CIDADE NOVA	62
4.1 O RURAL E O URBANO: BREVES CONCEITOS	62
4.1.1 As Caracterizações dos Cidadãos Rurais e Urbanos	67
4.2 AS POLÍTICAS MUNICIPAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL CIDADANIA	
4.3 O CENÁRIO NO DISTRITO DE JAGUARA	.71
4.4 O CENÁRIO NO BAIRRO CIDADE NOVA	.72
5 RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO	.74
5.1 AS ENTREVISTAS	.74
5.1.1 Nuvem de Palavras – Todas as Entrevistas	
6 CONCLUSÕES	94
REFERÊNCIAS	.97

## 1 INTRODUÇÃO

Os processos históricos de desenvolvimento urbano da maioria das cidades brasileiras denotam uma realidade na qual abundam problemas estruturais de planejamento urbano, afetando as dinâmicas de empregos, consumo, habitação, e a capacidade de implantação de políticas públicas. O progresso regional não está restrito apenas às questões econômicas. A administração do desenvolvimento regional deve estar atrelada à uma busca pela dinamização dos territórios e a uma distribuição de verbas eficiente, com foco na redução das desigualdades sociais peculiares a cada região.

Assim, no que tange as dinâmicas sociais, destaca-se a diferenciação entre o que se propõe como desenvolvimento e crescimento de um determinado território, ainda que estes conceitos sejam discutidos do ponto de vista de investimentos e industrialização e os efeitos gerados em uma economia.

Para Sen (2010), desenvolvimento não pode estar associado apenas aos fatores como crescimento econômico do Produto Interno Bruto (PIB0, renda das famílias, industrialização, modernização social e urbana ou através do avanço da tecnologia. O desenvolvimento de uma sociedade deve estar, primeiramente, relacionado com a melhora dos padrões de vida dos membros de uma comunidade, em seus diversos contextos sociais, e com o fortalecimento das liberdades de cada um e na valorização das expressões culturais e políticas.

Além do crescimento econômico, outros fatores podem contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade, como educação, participação política, valorização das manifestações culturais, exercício pleno dos direitos civis e da cidadania etc.

O conceito "tradicional" de desenvolvimento econômico atrela apenas variáveis como renda e avanços tecnológicos, desconsiderando as participações de dos serviços de educação básica e saúde, podendo limitar a participação dos cidadãos na dinâmica social, impossibilitando-os até de atendimento médico de qualidade, acesso ao ensino de forma igualitária ou acesso à uma alimentação de qualidade (RIBEIRO, 2014).

Sen (2010) complementa que,

o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. (SEN, 2010, p. 18).

Demonstra-se, assim, que ser tributário de uma boa assistência médica, aliada a uma boa educação básica contribuem para o desenvolvimento e fortalecimento do sentimento de cidadania, de outra forma, a privação dessa atributo, espécie de *conditio sine qua non* para o exercício de uma vida civil ativa, diminui a possibilidade da afirmação do cidadão em sua plenitude, tendo esta mitigação danosa da genuína experiência política fortes repercussões no empobrecimento do processo de desenvolvimento social. O autor coloca em relevo, ainda, que a contribuição da dinâmica do mercado para o crescimento econômico é obviamente importante, porém deve estar associado à importância direta da liberdade de troca – de palavras, bens, presentes (SEN, 2010, p. 20).

Há uma distinção, portanto entre crescimento e desenvolvimento econômico de uma sociedade, quando o primeiro refere-se à riqueza material de um país, auferida através do PIB, e o segundo, ao nível de bem-estar e qualidade de vida da população, variantes nas quais estão inclusas as rubricas alimentação, saúde, educação, segurança etc. Entretanto, para que haja desenvolvimento, é necessário também crescimento econômico. Bresser-Pereira (2008) considera as duas expressões como sinônimas. Porém, afirma que:

Se definirmos crescimento econômico como simples aumento da renda per capita, os dois termos não se confundem porque há casos em que a produção média por habitantes aumenta, mas mesmo no longo prazo não há aumento generalizado dos salários dos padrões de consumo da sociedade. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 1).

Perroux (apud FURTADO, 1977) definiu desenvolvimento como a combinação de mudanças mentais e sociais de uma população que o tornam como sendo adequado a crescer cumulativa e habilmente, seu produto real global. Assim sendo, Furtado (1977) afirma que não é possível distinguir crescimento do desenvolvimento e que "a hipótese de crescimento sem desenvolvimento, com referência a um conjunto econômico de estrutura complexa, seria uma construção mental sem correspondência na realidade", ou seja, o crescimento exprime a expansão da produção real em um subconjunto econômico (FURTADO, 1977, p. 91).

O processo de urbanização do território por meio de vilas e cidades é um ato recorrente desde os tempos e Colônia, "cujo objetivo precípuo foi, durante muito tempo, promover a afirmação da presença do Estado, com todo seu aparato e ordenamento, em regiões mais distantes ou menos susceptíveis ao acatamento de regras, leis e normas (DIAS; BRANDÃO, 2015, p. 10)." Tal medida sistemática, apesar de contribuir para a organização das normas estatais, não gerou efeitos consideráveis na estruturação social.

A formação econômica brasileira, por meio de todo processo colonial, foi decisiva para determinar o caráter excludente e concentrador na construção da estrutura social do Brasil, determinando inclusive a maneira em que se estabelecia a dinâmica da economia regional. Os instrumentos e políticas de ação a que competiam as esferas estaduais funcionaram como reguladores das metas e compromissos nacionais.

A região Nordeste, bem como o estado da Bahia, expressa indicadores que demonstram o caráter desigual e excludente quando relacionados com os indicadores de demais regiões e estados. O estado da Bahia ocupa os últimos lugares no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 22º em 2010 de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); em termos de renda per capita, o 14º em 2015; e o 1º lugar em desigualdade de renda do Nordeste em 2015.

O processo de evidenciação da cidadania nos eixos rurais e urbanos da cidade de Feira de Santana está associado às formas de vida que se estabelecem de maneiras distintas e/ou excludentes para o desenvolvimento social do município, bem como mostra-se intimamente ligado a um uma forte desigualdade econômica e social. As políticas públicas têm como principal objetivo reduzir essas distorções existentes na estruturação da sociedade moderna. Assim, este trabalho buscou contribuições relevantes para a ampliação dos conhecimentos existentes sobre o tema pontuando medidas possíveis por meio de uma visão analítica do desenvolvimento regional e urbano do caso proposto.

Esta pesquisa justificou-se por sua relevância social, e pela reflexão sobre o cotidiano de um povo nas dimensões da cidadania, assim como o estudo dos

reflexos sociais por meio de políticas públicas e sua participação na cidadania das comunidades rurais e urbanas, bem como o desenvolvimento social e econômico da cidade de Feira de Santana.

Este estudo fundamentou-se também na busca de fornecer subsídios acadêmicos para uma análise e compreensão dos fatos através das percepções de indivíduos atuantes nas comunidades e as expectativas da aplicabilidade das políticas públicas visando a redução da desigualdade social nos distritos e nos bairros feirenses, além de ter um caráter interdisciplinar que proporciona uma visão diferente da totalidade, diferenciando-se dos demais trabalhos que abordam esta temática em variadas vertentes.

A região de Feira de Santana e seus distritos trazem um recorte singular pela sua participação no desenvolvimento econômico e cultural, e permitem tecer considerações importantes para um contexto global sobre as políticas regionais e a promoção de mudanças na composição social da realidade local. Em face desta realidade, elaborou-se e constatou-se o seguinte problema de pesquisa: Como são percebidos os atributos próprios da cidadania em suas dimensões política, educacional e cultural em localidades das Zonas Urbanas e Rural na cidade de Feira de Santana de parte dos sujeitos arrolados na presente pesquisa?

Diante do escopo e da relevância da problemática, o objetivo geral dessa pesquisa reside na análise do processo da cidadania em um bairro e um distrito da cidade de Feira de Santana para identificar os fundamentos das políticas públicas de desenvolvimento social.

Foram traçados como objetivos específicos desse problema:

- a) Identificar os fenômenos de desigualdade social e econômica presentes nos espaços urbanos e rurais que influenciam no processo de evidenciação da cidadania:
- b) Descrever os modos de vida e a percepção de visibilidade social da população rural e urbana do município de Feira de Santana e sua convergência para as condições de cidadão;
- c) Discutir as construções ideológicas presentes nos modos de vida urbano e rurais na cidade de Feira de Santana.

Assim, esta pesquisa possui uma natureza qualitativa, a que Siqueira e Erdmann (2007) definem como:

A abordagem construtivista, como método emergente de pesquisa, considera o ser humano como o centro do seu percurso em direção à construção do conhecimento. Isto significa que o ser humano constrói, ao longo dos anos, o seu mundo, sua história de vida, de maneira própria, única, baseada nas experiências pessoais, na interação com o outro, com os grupos, assim como com a organização/instituição e o ambiente. Ele traz consigo valores, sentimentos, crenças, atitudes, comportamentos, habilidades, competências, conhecimentos que interferem, de forma positiva e/ou negativa, na sua práxis e, consequentemente, na construção do saber expresso ou velado no seu ser, viver e fazer. (SIQUEIRA; ERDMANN, 2007, p.292).

Assim, o estudo traçou uma análise dos fatos por contato direto com o objeto proposto. Nesse tipo de pesquisa, o agente busca compreender o sujeito ou a situação pesquisada a partir da aproximação das condições de pesquisador e pesquisado, a fim de interpretar as interferências no objeto de estudo em seu contexto.

O estudo de dois lugares com características peculiares de urbano e rural obriga o emprego de técnicas descritivas para relacionar os serviços de políticas públicas e as inferências particulares dos moradores do distrito de Jaguara e do bairro Cidade Nova, configurando, assim, um estudo de caso, que segundo Gil (2010), caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível de se realizar mediante outros delineamentos.

Atualmente, esse recurso vem sendo adotado na investigação de fenômenos das mais diversas áreas do conhecimento, entre as quais se enquadram a contabilidade e a economia. Embora os estudos de caso tenham sido vistos durante muito tempo como um procedimento pouco rigoroso, aplicável apenas em trabalhos de natureza descritiva, atualmente é tratado como o caminho mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo, dentro de seu contexto real, em que os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos (YIN, 2005).

Em geral, considera-se que o estudo de caso se apresenta útil quando empregado em pesquisas descritivas, e por ser flexível, é possível sua utilização na investigação em temas complexos, especialmente na construção de hipóteses e formulação de problemas. Assim, uma das razões pelas quais se escolheu esta técnica de investigação é exatamente sua flexibilidade para permitir as diversas considerações dos aspectos relativos ao fato estudado.

O conjunto de vantagens apresentadas pelo estudo de caso faz com que ele se torne o delineamento mais adequado em várias situações. Entre as mais citadas na leitura, destacam-se:

- a) Estímulo à novas descobertas pela flexibilidade do planejamento do estudo de caso, ao longo do seu processo, o pesquisador mantem-se atento à novas descobertas. A partir de um plano inicial, e, ao longo da pesquisa, é possível agregar outros aspectos que não eram previstos. E, muitas vezes, o estudo desses aspectos torna-se mais relevante para a solução do problema do que os considerados incialmente. Daí porque o estudo de caso é altamente recomendado para a realização de estudos exploratórios.
- b) Ênfase na totalidade no estudo de caso, o pesquisador volta-se para a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo. Desta forma, supera-se um problema muito comum, que é a análise individual, sobretudo, nos levantamentos em que a análise da pessoa desaparece em favor da análise de traços.
- c) A simplicidade dos Procedimentos os procedimentos de coleta de análise de dados adotados no estudo de caso, quando comparados com os exigidos por outros tipos de delineamento, são bastantes simples. Da mesma forma, os relatórios dos estudos de caso caracterizam-se pela utilização de uma linguagem e de uma forma mais acessível do que outros relatórios de pesquisa (GIL, 1999, p. 59-60).

Esta pesquisa possui, portando, um caráter qualitativo e exploratório. Não explora uma única realidade, dado que existem várias possibilidades de interpretações e comunicações estabelecidas nos contextos sociais. O sujeito/ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento (GIL, 2010).

Para auxiliar na análise dos fatos, as ferramentas da pesquisa utilizadas foram entrevistas realizadas com a população do bairro Cidade Nova e do distrito de Jaguara. Foram também utilizada análise de documentos dos arquivos dos órgãos municipais competentes, tais como relatórios, planos e projetos publicados pela prefeitura municipal que afetavam intervenção nessas áreas aqui em foco.

Constituiu-se um levantamento por meio da indagação direta de pessoas em um determinado universo.

O método de trabalho foi a análise do discurso, pois toma o discurso dos sujeitos envolvidos na pesquisa como objeto de investigação, indagando a linguagem utilizada em diferentes possibilidades de existência, considerando as relações diretas com a história e como esta determina as possibilidades de interação com o sujeito. Assim,

O discurso é exterior à língua, mas depende dela para sua possibilidade de existência material, ou seja, o discurso materializa-se em forma de texto, de imagens, sob determinações históricas. As condições de produção do discurso compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação social, e as escolhas lexicais e/ou imagéticas e seu uso revelam os posicionamentos dos sujeitos. (FERNANDES, 2012, p. 16).

Como forma de exteriorizar a língua e a fala, o discurso constitui-se como um objeto de investigação, constituído através dos conflitos inerentes à existência e à vida social. O sujeito é, portanto, constituído por discursos historicamente desenvolvidos e em constante produção, marcado por movimentos constituídos pela interação dos próprios discursos.

A análise do discurso propõe a reflexão sobre o sujeito e o sentido, considerando que ao significar, o sujeito se significa, propondo assim, uma forma de pensar o sujeito e o sentido que se afasta do individualismo como do objetivismo abstrato. Recusa assim o sujeito subjetivo e suas individualidades, como também o sujeito abstrato em um contexto universal. Considera-se, portanto, os conteúdos dos discursos, não como produção dos sentidos, mas sim para explicitar o mecanismo ideológico que o sustenta, ao que se denomina de compreensão, ou explicitação do modo como o discurso produz sentidos (ORLANDI, 1994). Há, assim, uma relação com a historicidade como principal variável na Análise do Discurso, de maneira que, as reflexões são dadas entre a linguagem e a sociedade, e que a materialidade das dinâmicas sociais é linguística, existindo, dessa forma, uma construção conjunta.

Pêcheux (apud GREGOLIN, 1995) retrata a sociedade como um contexto de diversas formações ideológicas, e a cada uma delas corresponde uma "formação discursiva" e que está referida a uma determinada época, em determinada sociedade, e por isso, os processos discursivos são a fonte de produção dos sentidos e a língua o lugar material onde se realizam os "efeitos de sentido". A análise do discurso, segundo a orientação de Pêcheux, segue uma tríplice

construção de seus objetos discursivos: (1) a historicidade, (2) a interdiscursividade e (3) a sistematicidade da língua. Isto seria uma definição do campo da análise do discurso, que se determina "pelos espaços discursivos das transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a *priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações." (PÊCHEUX,1990 apud FERREIRA, 2003). Na pesquisa essa tríplice construção pode ser percebida quando é feita a análise das falas dos entrevistados envolvidos na pesquisa.

De forma auxiliar à pesquisa, foram utilizados métodos de análise não probabilísticos, através de uma amostragem intencional por saturação.

O fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição 1, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados. (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008, p.1).

A amostragem por saturação possibilitará uma aplicabilidade prática podendo complementar as análises sucessivas de coleta de dados para nortear a finalização da pesquisa. Objetivamos refletir também sobre o conceito de determinação social das representações individuais e, na análise do discurso, no conceito de determinação histórica e social das formações discursivas e da fala.

Diante desses aspectos introdutórios, os capítulos seguintes destinam-se a explicitar a contextualização histórica e teórica, bem como a da decisão metodológica por executar o projeto de pesquisa mediante estudo de caso, efetivando-o por meio de análises dos discursos de habitantes de lugares desassistidos na cidade de Feira de Santana, pretendendo-se então a construção de definições de conceitos presentes no de pesquisa, relatar as futuras cidades e políticas públicas.

#### 2 CIDADANIA

Ter direito à vida e aos direitos civis, políticos e sociais pode ser o alicerce para que todo e qualquer cidadão consolide sua cidadania. Esses direitos podem permitir a expressão cultural e social em uma comunidade, ou estimular a busca por igualdade mediante cobrança de execução de políticas públicas assertivas, com o intuito de assegurar-lhes o direito à educação, ao trabalho, à saúde, e à segurança de forma justa. Assim, para o entendimento da cidadania, é necessário retomar aos pressupostos históricos-filosóficos "e que só adquire substância quando configurada no indivíduo" (MACÊDO, 2014, p.22) manifestando-se através de uma cidadania que insurge por meio de uma participação consciente, na busca pela dignidade em viver e desenvolver a sociedade como um todo. As seções a seguir tratarão das reflexões dos conceitos de Cidadania e as movimentações sociais que caracterizam o reflexo da atualidade do cotidiano dos cidadãos.

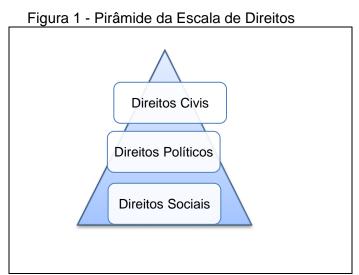
## 2.1 CIDADANIA, ESTABELECER UM CONCEITO OU UMA CIDADANIA INSURGENTE?

Ao falar em Cidadania, verifica-se a existência de conceitos razoavelmente consensuais, compreensivo na idade moderna através da consolidação do Estadonação, permitindo assim estabelecer comparações de sua natureza e transformações ao longo da história.

Ser cidadão nos remete inicialmente à questão de direitos e deveres, da sua representação social, pertencimento e reconhecimento, dentro de uma legalidade situada, no pertencimento de uma comunidade. Exercer essa cidadania de forma plena é a luta e consolidação individual e comunitária para a conquista de direitos civis, sociais e políticos.

Carvalho (2002) propõe a cidadania em três dimensões: nos direitos civis (que está atrelado à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei), no direito político (sociedade participativa, em sua liberdade e participação no governo), e nos direitos sociais (direito ao trabalho, à educação, ao salário justo, à aposentadoria e à saúde), e que no Brasil, essas dimensões não estão claras ou atreladas umas às outras, demonstrando uma mitigação da força do conceito de cidadania.

Fazendo um comparativo entre Marshall (1967) e Carvalho (2002), percebese uma inversão da pirâmide da escala de direitos, visto que para Marshall, em termos de cidadania, falta o exercício dos direitos pela população, mesmo que exista uma ligação entre as três esferas da pirâmide apresentada por Carvalho (2002). No Brasil o exercício da cidadania ainda não atinge as diversas camadas da sociedade. A Figura 1 mostra a ilustração do acontecimento desse fato.



Fonte: Marshall (1967).

Nota: Adaptado pela autora desta dissertação (2017).

Esta é a estrutura proposta por Thomas Marshall (1967), como a Pirâmide da Escala de direitos, em que se estabelece como base a conquista de direitos sociais para que se torne possível o acesso aos direitos políticos e civis. A questão principal não está atrelada à significância de cada uma das camadas da pirâmide, mas sim ao que se relaciona ao exercício pleno da cidadania. Os direitos sociais se introduzem como alicerce de cidadania, ao qual estão incluídos o respeito às etnias, às gerações, aos gêneros, à humanidade em seu conjunto, tendo como base a noção de bem estar econômico. Os direitos políticos são expressados no direito de ir e vir, na liberdade de expressão, de votar e ser votado ou ao sufrágio. Os direitos políticos e civis são os direitos fundamentais dos indivíduos pertencentes a uma nação e à jurisdição de um Estado nacional, e dizem respeito à vida, às liberdades individuais e aos contratos.

O Estado, em uma sociedade capitalista, regula os negócios da burguesia e se distancia em representar a materialização dos interesses gerais de uma sociedade, administrando duas classes antagônicas, a burguesia e o proletariado, regulando as lutas de classes e assegurando o equilíbrio e a ordem social. Marx e Engels pensam a dimensão histórico-material, utilizam um conceito de sociedade

civil ligado às relações materiais para o desenvolvimento de forças produtivas, demonstrando a relação entre infraestrutura (forças produtivas=sociedade civil) e superestrutura (Estado). Gramsci não rompe com esse princípio básico, porém não se situa em um Estado não como "sujeito da história" nem o sujeito do modo de produção capitalista, e propõe a hegemonia como certa estabilidade em função do poder coercitivo de Estado.

Na hegemonia gramscista há o deslocamento do fundamento do plano político para o da supremacia respaldada na formação das ideologias, culturais e econômicas. Neste sentido, a dinâmica hegemônica se expressa pela coerção na direção intelectual e moral, constituindo a função propriamente hegemônica. Segundo Gramsci (apud ARAGÃO, 2016), "o sentido de hegemonia ideológica, comum às sociedades modernas, configura-se no exercício de poder instituído por meio de consenso, das alianças e do convencimento no âmbito cultural em detrimento da violência." Assim, não só pela força o Estado exerce seu poder de coerção, mas também por uma difusão ideológica que impõe significativamente a dinâmica social.

A sociedade civil para Gramsci (apud ARAGÃO, 2016), é um complexo espaço coletivo onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos, onde a diversas culturas, os valores éticos, e suas dinâmicas chegam a formar as identidades de uma comunidade. A hegemonia ordena as direções morais e intelectuais de um povo através do poder coercitivo.

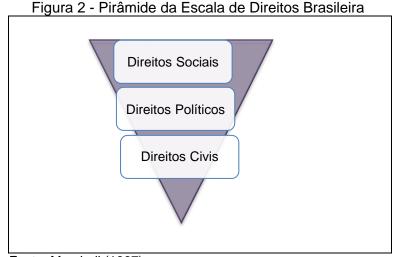
Hugues Portelli (1977) em suas considerações gramscianas sintetizou as relações entre estrutura, sociedade civil e sociedade política no seio do bloco histórico, através da noção de hegemonia:

O nível da sociedade civil corresponde à função de 'hegemonia' que o grupo dirigente exerce em toda a sociedade. A classe fundamental, em nível estrutural, dirige a sociedade pelo consenso, que ela obtém graças ao controle da sociedade civil; controle caracterizado pela difusão de sua concepção de mundo, junto aos grupos sociais, tornando-se assim, senso comum e pela constituição de um bloco histórico homogêneo, ao qual cabe a gestão da sociedade civil. Esse controle ideológico dos outros grupos tem por consequência enfraquecer o papel da sociedade política e, assim, da coerção. (PORTELLI, 1977, p. 67- 68).

A visão de mundo imposta "de cima pra baixo" é o "senso comum" difundido pelas classes dominantes como um instrumento de manutenção da hegemonia do poder. A sociedade civil é, portanto, um espaço para domínio da sociedade política. A luta de classes geraria uma crise de Estado, gerando um distanciamento ao que

se confundem a sociedade civil e política, instalando-se uma crise orgânica. A busca por um reequilíbrio entre as esferas política e civil geraria uma coerção com hegemonia e domínio com direção. Em Lacau e Mouffe (1987 apud ARAGÃO, 2016) a hegemonia é embasada na adesão ideológica e na preponderância de um grupo dominante que atrai outros grupos em função da adesão por meio da coerção ideológica e representatividade intelectual por meio do discurso que não guarda relação com classes sociais como em Gramsci.

A sociedade brasileira demonstra, através da inversão da pirâmide proposta anteriormente por Marshall (1967), conforme Figura 2, um controle das manifestações ideológicas, culturais е dos valores éticos, caracterizado anteriormente como hegemonia. Não há uma forma de coerção do Estado com a classe proletária, mas sim, em sua construção social uma forma de controle para a ascensão de uma classe com relação à outra. Contrasta, portanto, uma inversão das bases sociais da cidadania, por meio dos direitos sociais, com os direitos civis previstos desde a Constituição Luso-Brasileira (1822) ao Estado Democrático de Direito (Constituição Federal de 1988) (BRASIL, 1988).



Fonte: Marshall (1967).

Nota: Adaptado pela autora desta dissertação (2017).

A base da Pirâmide da Escala de Direitos brasileira, em seu processo histórico, teve como alicerce a definição dos direitos legais aos cidadãos sem ter como base as discrepâncias sociais existentes, idealizado e conquistado somente depois de décadas através das primeiras lutas de classe pela busca no direito ao trabalho e à qualidade de vida por exemplo. Resultante dessas questões,

percebemos, ainda que não seja visível por toda população, um sistema de leis que visa compensar lacunas existentes aos direitos sociais, ficando latente o desequilíbrio de uma pirâmide que em sua base não sustenta sua estrutura.

Não obstante, em um momento onde as dimensões dos direitos vislumbram novas formas no Brasil, a economia internacional se transforma em uma velocidade diferente da brasileira e que ameaçam as condições propícias para tanto, pois exige uma aproximação maior das estruturas sociais do Estado, dado que elas são promotoras dos direitos dos cidadãos.

Os direitos previstos ou conquistados pelas diversas camadas da sociedade, como a liberdade de pensamento, ou ao voto, não permitiu que esses mesmos cidadãos pudessem gozar de outros direitos, como por exemplo, a segurança ou a garantia do trabalho. A negação desse direito é denominada por Carvalho (2002) como uma cidadania inconclusa, como na sociedade britânica nos séculos XVIII e XIX (os britânicos incluíram primeiramente os direitos civis, no século XVIII, no século XIX os direitos políticos, e após mais cem anos, os direitos sociais). O estado crítico dos problemas sociais nas últimas décadas servem para perceber o contraste entre os direitos políticos com os direitos sociais e os direitos civis. O que difere a cidadania brasileira da britânica é o fato de que os direitos políticos, civis e sociais britânicos foram conquistados, e à sociedade brasileira foram doados, de acordo com as políticas governamentais vigentes (CARVALHO, 2002).

Na sociedade britânica, o exercício de um direito estava atrelado ao exercício pleno do outro exercer os direitos civis fez com que os britânicos postulassem seus direitos políticos, e daí, os direitos sociais. No caso brasileiro, a realização desses direitos não é um interesse recorrente, fazendo com que se distancie de uma cidadania plena, e assim, os cidadãos dificilmente terão controle sobre suas demandas políticas, deixando essa responsabilidade a cargo do Estado.

Antes da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), os grandes marcos foram a abolição da escravidão (1888) e posteriormente a criação da Constituinte Republicana de 1891, que ainda carregava características exclusionista, como a exclusão de analfabetos, mulheres, mendigos, soldados e os membros das ordens religiosas na participação política, e como consequência, o não acesso aos direitos sociais. Em 1930, o movimento armado colocou fim à Primeira Republica, incitando os brasileiros a darem pequenos passos na aquisição de direitos sociais, na

organização de um povo e a um sentimento nacional consolidado, dando um avanço mais significativo à cidadania. Em 1989, a proclamação da República daria espaço para novas conquistas aos direitos sociais, mas não necessariamente aos direitos civis e políticos.

Garantir os direitos políticos ou civis no Brasil está longe de representar uma resolução dos muitos problemas sociais. A problematização da consolidação dos direitos sociais tem provado não haver um atrelamento necessário das três dimensões propostas do Marshall (1967), e que, em parte, há um retrocesso de uma ou de outra, determinados segundo a conveniência das circunstâncias em que se insere a sociedade.

A face política dos trabalhos de Hanna Arendt (2010) demonstra uma perspectiva que cria uma alternativa de análise do conceito de direito político e da cidadania, centrada na tese de uma cidadania ligada ao conceito de direitos. Assim, Arendt diz que:

É uma tarefa muito complexa estabelecer de modo preciso o surgimento do conceito de cidadania. O que se sabe, no entanto, é que o seu significado tradicional está relacionado à participação na vida política e remonta à antiguidade clássica, notadamente, às cidades-estados gregas, sendo sobre esse modelo de organização urbana que se funda o ideal clássico de cidadania. (ARENDT, 2010, p. 17).

Arendt (2010) estabelece uma compreensão de que a política ocorre entre os homens é produzida por eles em suas diversas inter-relações, ou seja, não há uma ideia de "política original", ela se apresenta entre homens iguais (dentro de uma mesma classe ou ideologia) ou não, e deles para com o espaço em que estão inseridos. Há, portanto, uma organização das diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas por meio da política (ARENDT, 2010).

Tal complexidade possui diversas razões. Tomando como perspectiva as sociedades pós-industriais, percebe-se a necessidade de gerar um sentimento de pertencimento ou uma identidade na qual os indivíduos se reconhecessem, porque a sociedade sofre com a falta de participação dos cidadãos nas comunidades, o que aumenta os desafios e as necessidades constitutivas de suas demandas.

A princípio, o que entende-se sobre cidadania é o vínculo com uma comunidade, e sentir-se cidadão dela, o que pode contribuir para o trabalho dos indivíduos para os indivíduos. Cortina (2005) refere a dois lados dos cidadãos, o

lado "racional" e o lado "obscuro", o primeiro de uma sociedade justa para que seus membros percebam sua legitimidade, e o outro representado por questões subjetivas aos laços de pertencimento que fazem parte da identidade. Diante dos desafios em que a comunidade pode se deparar, a forma em que se torna possível o controle dessa comunidade é através do lado "racional" dos seus membros.

O sistema em que são desenvolvidos em uma sociedade está, portanto, dependente das movimentações dos indivíduos bem como as manifestações culturais e a capacidade de comprometimento com as questões públicas. Assim, um dos grandes problemas nas sociedades do capitalismo tardio torna-se a dificuldade em conseguir a cooperação de cidadãos extremamente preocupados com os interesses individuais para a consolidação da comunidade política.

No Brasil, as características coloniais influenciaram significativamente para a estruturação da dinâmica social. Jessé Souza (2003) chama de "plasticidade do homem" a forma em que se propicia a influência da cultura negra nos costumes, língua, religião e, especialmente, numa forma de sociabilidade entre desiguais, o que gera um ódio reprimido, e um ressentimento em todas as modulações da emoção humana. A principal problemática é a desigualdade arbitrária que a relação entre uma classe dominante e as classes subalternas propicia.

A comunidade política para Souza (2003) está ligada à concepção específica de ordem moral, na qual são estipulados as obrigações e os direitos que configuram e organizam nossa relação com os outros. As obrigações políticas são, por exemplo, uma extensão ou aplicação desses vínculos morais mais amplos e mais fundamentais. É, portanto, um imaginário social em que as pessoas comuns se percebem identificadas em seu ambiente social.

Assim, percebe-se que existe uma movimentação intrinsecamente ligada aos acontecimentos sociais, nessa dinâmica, a luta por direitos – tanto o direito à igualdade como o direito à diferença – constitui a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania, Macêdo (2014, p.19) complementa que "A Cidadania é uma forma de efetivar a participação nos processos decisórios de uma nação, como forma democrática de governo," onde a participação só é possível através do estímulo de práticas dialógicas permanentes, onde essas movimentações implicam num aprendizado social. É perceptível também uma hierarquização das relações, mais do que desigualdade econômica ou a falta da

liberdade de expressão, o que estabelece um obstáculo para o desenvolvimento da democracia.

Tomas Marshall (1967) concebeu o conceito de "cidadania social", a partir de uma perspectiva no cidadão que está inserido em uma comunidade política e que goza de liberdades individuais, possui participação política, e direito ao trabalho, educação, moradia, saúde, e benefícios sociais assegurados em situações de vulnerabilidade. Assim, a cidadania social está referida também na proteção garantida pelo Estado Nacional, entendido como Estado social de direito, e que, "Se apenas o Estado e o mercado agissem sem peias como instituições estruturantes da dinâmica social, as diferenças entre as sociedades concretas, tanto entre as sociedades centrais entre si quanto entre as periféricas, seriam mínimas." (SOUZA, 2003).

Partindo do Estado e focando no âmbito municipal, podemos visualizar a assistência de forma mais aguçada, ou distorcida na proximidade das relações das políticas públicas com a sociedade. A movimentação de indivíduos ativos na sociedade, a partir de uma visão em que se consideram seres de direitos lutando pelo seu reconhecimento, é uma forma de consolidação da cidadania de uma parcela excluída, uma forma posta "de baixo para cima", ainda que uma parcela da população em processo de anomia, seja nos bairros como no distrito, onde é possível perceber um contexto particular no que tange ao modo com o qual concebe a própria cidadania.

#### 2.1.1 O caso brasileiro e a Subcidadania

No Brasil, a desigualdade social é um problema histórico, ainda que possível idealizar um cenário promissor a partir das políticas públicas de desenvolvimento social do governo federal, e suas ramificações na área estadual e municipal. De acordo com o IBGE (2010), o Brasil possui um elevado índice de Gini<sup>1</sup>, o que se

¹ De acordo com o IPEA, o Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

compreende como um valor expressivo de fortes desigualdades de distribuição de renda na região analisada.

A desigualdade social é constituída pela distância sócio-econômica entre as pessoas, podendo estar referido à totalidade da população (desigualdade vertical), ou entre os segmentos específicos da população, a partir da escolaridade, etnia ou gênero (desigualdade horizontal) (NERI, 2011). A percepção de Subcidadania está ligada a uma hierarquia valorativa das pessoas, estabelecida dessa forma horizontal ou vertical, e que está enraizada de maneira invisível e subjetiva, determinando as formas em que o cidadão se manifesta na sociedade. Esse processo reflete-se fundamentalmente nos acessos diferenciados aos recursos materiais e simbólicos na vida social, e isto, dentro de uma estrutura psicossocial, apresenta-se como uma forma de reconhecimento ou pertencimento social, que reverbera nas cidadanias política e jurídica (SOUZA, 2003).

A desigualdade produz efeitos na construção sócio individual. A cidadania se configura e se consolida através dessa subjetividade representada por meio de sínteses históricas de cada indivíduo ou de uma comunidade e, dessa forma, essa subjetividade compreende a expressão do sujeito como sua manifestação individual, suscetível a mudanças de acordo com o contexto social.

O atual debate das questões históricas de construção da sociedade brasileira não releva os processos de continuação da reprodução de uma sociedade em que a desigualdade é algo natural e que permite a "produção" de "gente" e "subgente", isso é um desconhecimento sistemático oriundo de consensos sociais vigentes, nos quais existem temas abertos ao debate e à avaliação na esfera pública. Existe um ponto essencial para essa compreensão, nomeado de "padrão de civilização dominante" a partir das transformações estruturais das formas econômicas, sociais e políticas essenciais, que constituem as bases da opressão social, em um sentido mais amplo, garantindo sua legitimação e aceitação (SOUZA, 2009).

Toda sociedade possui seus mecanismos que mascaram as relações de dominação em todas as esferas sociais, seja entre as diferenças de gênero, entre as comunidades, desde sociedades pré-modernas às pós-modernas, o que produzem esses consensos em todo corpo social permitindo que as relações sociais de dominação constituídas ascendam de forma natural, sem existir uma possibilidade de articulação consciente do comportamento cotidiano ainda que existam uma

associação de ideias às visões de mundo existente à cada indivíduo. "O mercado e o Estado já produzem uma visão de mundo e do ser humano contingente historicamente produzida, que hierarquizam indivíduos e classes sociais de acordo com seus imperativos funcionais." (SOUZA, 2015, p.115).

A pirâmide da sociedade, e seus níveis de dominação, é percebida com maior delimitação após a abolição da escravidão, período em que o poder de decisão estava nas mãos das antigas famílias donas das propriedades latifundiárias, embora que não era possível um espaço para competição de classes, pois só existiam basicamente duas, a dominante e a dominada. Logo surgiram os imigrantes, especialmente o italiano com grandes esperanças de um progresso em curto prazo, eliminando a concorrência do "ex escravo" onde quer que ela se impusesse. Não existiam oportunidades de classificação ou ascensão social, restando apenas um sistema mascarado em preservar a dignidade do homem livre, configurando uma sociedade criminalizada e de "homens livres" que não se enquadravam no sistema social e econômico, que se perpetua por décadas, e que hoje ainda vemos enraizado em nosso país independente da cor da pele.

Aqui, observamos o que Souza (2009) denomina de Organização Psicossocial, como um pressuposto da atividade capitalista, em que se exige uma "pré-socialização", o que faltava de qualquer forma significativa ao ex escravo. Existia uma ânsia para a libertação das condições de vida anterior, e que o tornava vulnerável às demandas que surgiam da nova configuração social. É perceptível, portanto, a perpetuação de hábitos e de esquemas cognitivos, que são incorporados ao ambiente familiar e às redes comunitárias, gerando um estado de pertencimento que constrói uma identidade por meio de empatias e preconceitos. Esse processo em que se forma uma identidade pertencente a uma sociedade ou grupo de pessoas causa uma inaptidão dessas pessoas e que configura o quadro de desigualdade brasileira, como se confere em Souza (2006):

Se há preconceito nesse terreno, e certamente há e agindo de forma intransparente e virulenta, não é, antes de tudo, um preconceito de cor, mas sim um preconceito que se refere a certo tipo de "personalidade", julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo. (SOUZA, 2006, p.58).

Não é portando, a continuação do passado que vivemos no presente, pois há um movimento que se transforma de acordo com o desenvolvimento econômico, a redefinição moderna do negro bem como das demais classes proletárias (que pode

estar inserido no cenário rural ou urbano), que para a sociedade capitalista são funcionalmente "obsoletos" para exercer atividades produtivas nos novos cenários, constituindo-se assim num novo quadro de desigualdade e até de marginalidade.

A constituição dos papeis sociais de cada cidadão vem de um conjunto de predisposições psicossociais que contribuem para a construção dos desempenhos a serem desprendidos de dentro das demandas produzidas em uma sociedade refletindo nas condições de uma economia capitalista moderna. A ausência de bases para a concepção desse comportamento característico de uma comunidade implica em um estilo de vida marcado pela precariedade. É a partir daí que as escolhas comuns passam a ser uma espécie de "moeda invisível" (SOUZA, 2006), transformando tanto o capital econômico quanto o capital cultural, em um conjunto de signos sociais de distinção legítima.

A combinação de políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social juntamente com a dinâmica de expansão da economia nacional trouxeram mudanças significantes e recentes na estrutura social brasileira, com novas alterações de identidade e um contexto mais inclusivo para as classes marginalizadas.

## 2.1.2 O índice de Gini para análise de mudança social

O índice de Gini toma como referência as transformações mais amplas da economia e políticas públicas (educação, desenvolvimento social, saúde, etc), refletindo em indicadores de variação de renda nacional *per capita* e do índice de desigualdade pessoal da renda. Com base nas variações do índice de Gini, nota-se que o Brasil apresentou três diferentes padrões de mudança social nos últimos cinquenta anos.

As primeiras mudanças nos padrões sociais ocorreram durante os anos de 1960 e 1980, onde as mudanças sociais se caracterizaram por forte expansão da industrialização e urbanização, ao mesmo tempo em que parcela da população rural migrou para a área urbana, além do aumento da renda per capita acompanhada de significativo crescimento da desigualdade na repartição da renda pessoal. Porém, o setor terciário cresceu consideravelmente, permitindo o surgimento de novas ofertas de emprego, não obstante houve o predomínio da baixa remuneração dos

empregados nas cidades. O gráfico 1 mostra a evolução dessas mudanças nos anos de 1960 a 2009.

Primeiro padrão: crescimento da renda e da desigualdade Segundo padrão: estagnação da renda Terceiro padrão: crescimento da renda 

Gráfico 1 - Brasil: Índice de evolução da renda nacional por habitante e da desigualdade pessoal da renda (Gini) entre 1960 e 2009

Fonte: Pochmann (2010).

O valor real do salário mínimo teve queda média anual de 1,6%, embora a empregabilidade tenha aumentado 3,1% ao ano. Mesmo com a diminuição da taxa de pobreza (–1,3% ao ano) e a elevação nos anos de escolaridade dos brasileiros, o grau de desigualdade aumentou 1% ao ano durante o mesmo período.

Entre os anos de 1981 e 2003, a superinflação até 1994 impactou em grandes mudanças que geraram queda na renda gerando uma oscilação na desigualdade da repartição da renda nacional. Para esse período a variação média anual de 0,2% na renda *per capita*, a desigualdade de renda caiu 0,1%. Porém, o desemprego foi o que mais cresceu (5,6%), marcado também pela queda do valor real do salário mínimo (1,8%). A taxa de pobreza caiu (0,8%), porém com ritmo inferior às décadas anteriores.

A melhora dos indicadores de desempenho encontra-se fortemente associada às transformações econômicas e no estabelecimento de novas políticas públicas, como é visualizado em 2004, estimulada pelos investimentos e pela ampliação do mercado interno de consumo através da elevação das rendas das famílias. O fortalecimento do setor industrial contribuiu não só para a oferta de vagas de emprego, mas como para uma nova configuração das funções geradas aliadas ao processo de automação dos serviços e comércio. A princípio, com o aumento do valor do salário mínimo, que permitiu injetar cerca de R\$ 1 trilhão nos rendimentos de trabalhadores de salário de base somente no período de 2004 e 2009, por meio

de uma geração líquida de 8,1 milhões de novos postos de trabalho formais, enquanto entre 1998 e 2009 foram criados apenas 1,9 milhão de novos empregos assalariados em todo o Brasil. Além da política pública de transferência de renda para idosos, portadores de necessidades especiais, desempregados e para pessoas em situação de pobreza, foi multiplicada de R\$134,7 bilhões para R\$305,3 bilhões. Por fim, destaca-se também a política de inclusão bancária, difundindo o credito para consumo pessoal e financiamentos habitacionais (especialmente nos seguimentos de baixa renda), que chegou a ser a ser multiplicado entre os anos de 2003 e 2009, quanto para os produtores, passando de R\$2,4 para R\$10,8 bilhões em 2009 (POCHMANN, 2010b).

A convergência das políticas públicas no segmento social impôs um novo padrão de comportamento da sociedade brasileira, isto é constatado no período abrangido anteriormente, desde um quadro de estagnação da renda *per capita* e contração do mercado de trabalho e do valor do salário mínimo, a um aumento do poder aquisitivo e maior participação de pessoas (antes em estado de pobreza) na movimentação econômica do país, o que pode ter levado aqueles que antes viviam na marginalidade, econômica e social, a sentir-se cidadão.

# 2.2 A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA NA ESFERA EDUCACIONAL, POLÍTICA E CULTURAL

Um homem que é membro de uma família, de uma comunidade religiosa, de associações estabelece, em todos esses casos, vínculos sociais com os demais participantes desses grupos, e que são essenciais para caracterização de sua identidade pessoal, e se vincula à uma comunidade política, educacional e cultural, onde todos compartilham sua mesma cidadania, lhe conferindo assim, outro traço de identidade. "[...] A sociedade é a capacidade de convivência, mas também de participar da construção de uma sociedade justa, na qual os cidadãos possam desenvolver suas qualidades e adquirir virtudes." (CORTINA, 2005, p.37).

A esfera pública para Hanna Arendt (2010) é uma possibilidade de desenvolvimento da cidadania, e possui dois significados, e ambos estão ligados ao espaço de aparência, onde tudo pode ser visto e sentido por todos e as experiências podem ser estabelecidas e as identidades descobertas; e o espaço mundo, onde há uma realidade comum a todos e não existe um mundo privado. Assim, é possível

haver um fortalecimento para a construção de identidades públicas através do reconhecimento de uma realidade comum.

A realidade comum em uma comunidade e a esfera pública, permite que heranças vivenciais atravessem gerações sucessivas, transcendendo a existência humana. A construção de um local coletivo e estável permite ao ser humano preservar as memórias e antecipar fatos diante das experiências, é a criação de uma identidade coletiva, na qual é possível encontrar um reforço para a solução de problemas e alternativas para buscar medidas.

A identidade coletiva é resultado do engajamento do povo, seja por meio do discurso ou por uma ação política. Este processo de construção é uma estruturação de sociais, nas quais os atores se articulam e defendem as concepções de cultura e identidade política, bem como sua legitimidade. A concepção participativa de cidadania de Arendt (2010) assume uma relevância própria ao articular as condições de estabelecimento de identidades coletivas, que são os meios pelos quais os cidadãos se inserem na comunidade.

A Cidadania, vista por meio de um processo de evidenciação de indivíduos ativos e que contribuem de forma autônoma na consolidação das identidades, e de sua legitimidade reside na capacidade de estabelecer formas de identidades coletivas que podem ser reconhecidas, testadas e transformadas em um modelo discursivo e democrático. A autonomia pode ser considerada também como uma das condições necessárias para o estabelecimento da relação de igualdade, mutualidade e solidariedade. A força da solidariedade, da preocupação ou a compaixão, e a autonomia como conjunção de solidariedade, expressam a concepção de cidadania proposta por Arendt (2010).

A conexão entre a ação política e o exercício concreto do sujeito político é chamada de concepção participativa da cidadania por Arendt (2010), em que esta relação com o poder político vem através do engajamento cívico e as escolhas comuns permitir a cada cidadão ter a capacidade de um senso político efetivo. Assim, é possível configurar uma forma de representação social, como um substituto do envolvimento direto dos indivíduos, e quando esta representação torna-se uma nova face da democracia direta, os cidadãos acabam por exercer seu poder político apenas nos dias de eleição, e suas capacidades de decisão e visão política ficam prejudicadas. Com relação ao sistema político de eleição dos representantes, Arendt

(2010) propõe um sistema federado de conselhos nos quais a população pode se engajar ativamente em vários níveis na determinação de seus negócios e problemas.

Os debates e as capacidades para formação de opinião exigem um espaço público para que os indivíduos possam expressar suas visões através de um processo democrático, no qual essas pessoas ampliam seus pontos de partida para incorporar diversos outros através de um cenário participativo e solidário. Prover a ampliação política dos pensamentos necessita da criação de uma organização e o engajamento de práticas que permitam a expressão de todos por meio de seus direitos.

## 2.3 DESIGUALDADE SOCIAL E CIDADANIA

O processo de desigualdade social está presente em todo o processo da formação econômica. É notória a existência de disparidades desde o período colonial até a consolidação do sistema capitalista contemporâneo. Os principais obstáculos à cidadania, como principal foco para à equidade social, eram a escravidão e as grandes propriedade latifundiárias, o surgimento de uma classe operária urbana deveria significar a possibilidade da formação de cidadãos mais ativos. O processo de urbanização evoluiu lentamente, concentrando-se em algumas capitais de estados.

Na nova estrutura que se constitui, a associatividade entre capital e trabalho já não se opõem como na década de 70, mas as condições gerais de vida não melhoraram para a maioria, o que significa que essa nova forma de organização social da cidadania obstaculizada, não é a ideal para o sentir-se cidadão. O estudo da formação econômica permite perceber os comportamentos decisivos que influenciem na direção dos catalisadores do processo de intensificação e/ou redução da desigualdade social na nova infraestrutura urbana.

De acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apud Dedecca (2012, p.459), a desigualdade social é um "produto das transformações tecnológicas e ausência de adaptabilidade das instituições públicas em relação a esse processo", e que os investimentos em políticas ativas para a educação e mercado de trabalho são medidas que contribuem para a redução da desigualdade e ao aumento do desenvolvimento humano.

O IDH busca trazer dados quantitativos para medir a eficácia das políticas governamentais sociais. De acordo com o PNUD (apud ARAGÃO, 2011) tais ferramentas governamentais visam propiciar um ambiente favorável ao aumento das capacidades e oportunidades da população, tanto das gerações presentes como futuras. "O paradigma do desenvolvimento humano sustentável é o dos valores da própria vida humana." (PNUD, 1994 apud ARAGÃO, 2011, p.33).

Segundo Furtado (apud ARAGÃO, 2011), a região Nordeste apresenta maiores disparidades em relação ao Centro-Sul, e que pode estar explicado por um desfavorecimento geográfico, além de uma grande concentração de renda em economias agrícolas especificas. O cenário baiano apresenta também razões que demonstram baixos indicadores socioeconômicos, especialmente pelos baixos níveis de renda que resultam em um decréscimo no consumo de bens e serviços.

O desenvolvimento das ações comunitárias veio a revelar-se como alicerce para a busca de correções das assimetrias observadas nas comunidades regionais, resultantes de um sistema pautado em políticas de crescimento estabelecidos de cima para baixo. Assim é de extrema importância o aproveitamento de recursos locais em parceria com as autarquias, associações e sindicatos para uma relação mais interligada às diversas comunidades.

# 3 POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Constituição Federal traz, no seu bojo, o artigo 5º que diz: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]" No inciso "I" reza que: "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição" (BRASIL, 1988). Então, para que se tenham direitos e obrigações iguais, devido às desigualdades que se estabelecem na sociedade, são necessárias políticas públicas desenvolvidas pelos governos federal, estadual e municipal para diminuir o sofrimento dos cidadãos.

Entende-se como políticas públicas o ato de o poder público nortear ações para o crescimento econômico e social, de determinado local, visando promover o bem estar da sociedade que ali vive, através de leis, programas e linhas de financiamentos com aplicação de recursos públicos. Para compreender e avaliar as políticas públicas de um governo, seja federal, estadual ou municipal, torna-se importante saber que elas refletem a ação do órgão implementador. Gobert e Muller (1987 apud HÖFLING, 2001) afirmam que políticas públicas são aqui entendidas como o "Estado em ação".

O Estado em ação ao qual se refere os autores é aquele que, através de programas e de ações voltadas para setores específicos da sociedade, age para determinar padrões de proteção social voltados para atender distribuição de benefícios sociais visando à diminuição de desigualdades econômicas setoriais.

Para elaboração de uma política pública é preciso saber quem decide fazer o que, se o poder político municipal, estadual ou federal, quando poderá ou deverá ser feito, para quem e qual a eficácia do programa. Para que ela exista é necessário saber para quem o resultado ou benefício é destinado e se ela emana de um debate realizado com os atores aos quais ela se destina, ou seja, o público alvo.

As políticas públicas devem objetivar atender as demandas sociais, principalmente dos setores mais carentes para ampliar os direitos dos cidadãos em exercer a sua cidadania. Entretanto, o que ocorre é a pulverização de recursos sem dar prioridade às necessidades das comunidades para onde eles são destinados. Devem também estar presentes em vários setores, como: saúde, educação, habitação e desenvolvimento urbano, assistência social, previdência social, política

agrícola, reforma agrária e um grande desafio que se estabelece: a criação de uma política que possa gerar emprego e ocupações sociais que sejam produtivas.

Através de políticas públicas o Estado busca atender aos anseios sociais dos cidadãos. Entretanto, como o Estado nem sempre dispõe de recursos, não consegue atender todos os desejos da sociedade, o que leva à necessidade de priorizar alguns e deixar outros sem realizar. Sobre o quê e quanto deve gastar é essencialmente uma decisão do poder político a ser tomada pelo administrador público (OLIVEIRA, 2010).

As políticas públicas vêm ajudar no desenvolvimento, tanto econômico como do bem-estar, da comunidade onde ela é empregada. O bem-estar está associado à transformação dos cidadãos pelos benefícios sociais por elas produzidos, a partir do processo produtivo fundamentado nos programas sociais orientados para ampliar os direitos da coletividade. Para que ocorra o desenvolvimento social é fundamental que os projetos governamentais atuem em diversas áreas sociais, como saúde, assistência social, educação fundamental, qualificação profissional, desenvolvimento rural, urbano e regional.

A maneira pela qual as políticas são financiadas, produzidas e distribuídas para gerar benefícios, bens e serviços, tem grande importância, pois pode impactar no contexto da sua aplicabilidade, podendo definir os seus usuários ou beneficiários. Nesse contexto, os conselhos municipais podem se tornar elementos essenciais para definirem sobre quais demandas devem ser destinados os recursos, visando a que os envolvidos, na prática das políticas públicas busquem atuar para beneficiar um número máximo de beneficiários.

Para que as políticas sociais ocorram é de grande importância os movimentos sociais, principalmente nas grandes cidades, visto que a demanda por melhoria da qualidade de vida populacional é proporcionalmente maior. Nas cidades menores os conselhos municipais constituem-se na principal ferramenta de busca das políticas públicas.

Na gestão das ações públicas, a participação popular e de novos atores no processo vem facilitar a escolha dos pontos nos quais o gestor público deve atuar para equacionar os problemas sociais existentes na comunidade. Dessa forma, o processo de decisão torna-se melhor direcionado para as escolhas dos programas

chaves que poderão amenizar o sofrimento do cidadão. Perrucho Filho (2004), citando Kliksberg (1994) afirma que:

Uma das características básicas da gestão social das políticas públicas é a ampliação da participação popular, a inclusão de novos atores sóciopolíticos, possibilidade de escolha de alternativas no espaço do processo decisório democrático e consciente que deve sobrepujar os limites da análise histórica técnico-científica tradicional, e capaz de direcionar também suas premissas e possibilidades para um cenário futuro real, onde se pretende equacionar a interdependência entre aspectos quantitativos e qualitativos, técnico-científicos e humanistas. Dessa forma, tal processo decisório reflete as dicotomias e suas respectivas imprevisibilidades concernentes às escolhas de alternativas e, principalmente, sua interatividade com outras escolhas e como serão coordenadas, implementadas e mantidas. (KLIKSBERG, 1994 apud PERRUCHO FILHO, 2004, p. 251).

As políticas públicas assumem papeis fundamentais para o processo de redução da desigualdade social, pois são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pela União, estados e municípios, e podem também contar com as participações das entidades de terceiro setor tais como sindicatos e associações, com o principal objetivo de assegurar os direitos de cidadania, bem como refletir os direitos previstos constitucionalmente ou que são condecorados pela sociedade e/ou pelos poderes públicos por novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais (DEDECCA, 2012).

A maneira pela qual a sociedade se organiza pode influenciar nos mecanismos de implantação de políticas públicas no favorecimento do surgimento de projetos solidários que buscam incorporar as diversidades de classes e territoriais. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) citado por Aragão (2011, p.45):

O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social, metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas.

Existem também políticas públicas que visam atender o lado social, diminuir possíveis diferenças entre grupos capitalistas e o trabalhador. O Estado, em momentos de diferenças entre quem detém o capital e que tem a força do trabalho, deve atuar como mediador para evitar possíveis conflitos que afetem a relação entre capital e trabalho, promovendo a ação da política social. Offe (1984, p. 15) afirma que "[...] a política social é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado".

## 3.1 PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Há uma forte ligação entre política social e desenvolvimento, principalmente o econômico, ou das forças produtivas, num paradigma que reflete as desigualdades regionais do país, dos estados e dos municípios. As políticas públicas devem agir para que haja um desenvolvimento humano com justiça social e igualdade para todos os cidadãos. Nessa perspectiva encontra-se o panorama das políticas públicas de desenvolvimento social da nação, do estado da Bahia e do município de Feira de Santana. O desenvolvimento assume dimensões condizentes com a realidade local e está associado à modernidade que surge com o passar do tempo com a ideia de mudança na direção de crescimento econômico e social, pressupondo mudanças nos quadros de subdesenvolvimento.

Nos grandes e nos pequenos centros urbanos, as desigualdades são vividas pelos cidadãos brasileiros do seguinte modo: por um lado, têm-se aqueles que detêm a maior fatia da renda e, do outro, os que passam por necessidades aviltantes que sequer têm o que comer. Falta-lhe dinheiro, moradia, saúde, educação, alimentação, transporte, segurança, ou seja, tudo ou quase tudo que um cidadão precisa para viver com um mínimo de dignidade. Também na zona rural não é diferente, muitos vivem sem nenhuma condição básica. As políticas públicas existentes mal servem para aliviar um pouco as necessidades do povo sofrido, carente e oprimido.

O desenvolvimento social pode ser visto como consequência de uma política pública para atingir o bem comum, o interesse geral de uma população alvo. Apesar de na Constituição Brasileira, no art. 3º constar que a República tem o dever de garantir o desenvolvimento nacional, vê-se que o país não consegue atingir esse objetivo, pois não se vê mudanças significativas que justifiquem a ação governamental.

No âmbito do município de Feira de Santana, e mais especificamente no distrito e no bairro aqui pesquisados, o panorama das políticas públicas estabelecidas para o período de 2014 a 2017 no Plano Pluri Anual (PPA) e contido na Lei Orgânica do município, mostra o que deve ser feito nas áreas da saúde, da assistência social, da previdência social e da educação, da ciência e de tecnologia, da cultura, do desporto e do lazer, da família, da criança, do adolescente, do portador de deficiência e do idoso, do meio ambiente, do saneamento básico,

informando que dentro dos limites das suas competências, o município procurará desenvolver atividades para atender as necessidades da população no que diz respeito a cada item.

Sabe-se que o município tem carência de recursos financeiros para atender ao que se dispõe na Lei Orgânica. Entretanto, isso não deve ser motivo para uma significativa ausência de políticas públicas para amenizar a situação dos cidadãos. Por exemplo, no que diz respeito ao item da família, da criança, do adolescente, do portador de deficiência e do idoso, observa-se a falta de cumprimento ao que diz os artigos da Lei Orgânica 3433/2013, a seguir:

Art. 155 O Município visará, nos limites de sua competência e em colaboração com a União e o Estado, dar à família condições para a realização de suas relevantes funções sociais.

Art. 156: O Município nos limites de sua competência protegerá a criança e o adolescente de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, com absoluta prioridade, de modo a preservar-lhes os direitos previstos na Constituição Federal.

Art. 157: O Município promoverá o acolhimento e amparo da criança e do adolescente, órfãos ou abandonados, em regime familiar, nos termos das Constituições Federal e Estadual e da legislação em vigor.

Art. 158: Os recursos públicos, destinados às atividades voltadas para a infância e adolescência, serão depositados no Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, inclusive os das transferências estaduais e federais.

Art. 159: O Município disporá sobre a exigência de adaptação dos logradouros, dos edifícios públicos e dos veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos, observada a legislação federal.

Art. 160: O Município assegurará os direitos e garantias endereçados às pessoas portadoras de deficiência na Constituição Federal e nas legislações federal e estadual.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo, será considerado o disposto em legislação federal sobre os critérios de identificação de pessoa portadora de deficiência.

Art. 161: O Município assegurará os direitos e as garantias endereçadas aos idosos na Constituição Federal e nas legislações federal e estadual. (FEIRA DE SANTANA, 2013, p.1).

Em saneamento básico, no art. 172, diz que "É obrigatória a ligação dos esgotos domésticos à rede de esgoto sanitário" (FEIRA DE SANTANA, 2013, p.1), entretanto a cidade não possui rede de esgotos em toda a sua extensão.

No capítulo a respeito do desenvolvimento urbano, art. 173, & 2º afirma que:

O Município é responsável pelo cumprimento da função social da cidade, sendo-lhe exigidas ações públicas que assegurem os direitos da população:

I - à moradia digna;

II - à assistência à saúde;

III - à educação;

IV - à cultura;

V - ao lazer:

VI - ao transporte público;

VII - ao saneamento básico, inclusive limpeza urbana;

VIII - à drenagem das vias de circulação;

IX - à iluminação pública;

X - à preservação, proteção e recuperação do patrimônio ambiental e cultural;

XI - à disponibilidade de:

- a) energia elétrica;
- b) gás canalizado. (FEIRA DE SANTANA, 2013, p.1).

Neste artigo, percebe-se uma carência de políticas públicas para atender a população, pois falta muita coisa para cumprir os incisos mencionados na Lei. Quanto à política rural, o art. 184, da mencionada Lei diz que:

Art. 184: A política de desenvolvimento rural, estabelecida em conformidade com as diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo orientar e direcionar a ação do poder público municipal no planejamento e na execução das atividades de apoio à produção, comercialização, armazenamento, agroindustrialização, transporte e abastecimento de insumos e produtos. (FEIRA DE SANTANA, 2013, p.1).

Observa-se nos textos que existe também a preocupação com os cidadãos que moram na zona rural, entretanto percebe-se que falta também o cumprimento de muitos itens que se refere as políticas públicas de atendimento aos itens transporte público, habitação, abastecimento e turismo.

As políticas públicas assumem papel fundamental para o processo de redução da desigualdade social, pois são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pela União, estados e municípios, e podem também contar com as participações das entidades de terceiro setor tais como sindicatos e associações, com o principal objetivo de assegurar os direitos de cidadania. Assim, objetivam refletir os direitos previstos constitucionalmente ou que são demandados pela sociedade e pelos poderes públicos acerca dos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais (DEDECCA, 2012). A maneira pela qual a sociedade se organiza pode influenciar nos mecanismos de implantação de políticas públicas e a favorecer o surgimento de projetos solidários que buscam incorporar as diversidades de classes e territoriais. Segundo a Secretaria de

Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) citado por Aragão (2012, p.55):

O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social, metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas.

# 3.2 CENÁRIO DE FEIRA DE SANTANA

A cidade de Feira de Santana possui divisas com os municípios de Santana Bárbara, Anguera, Tanquinho, Serra Preta, Ipecaetá, São Gonçalo dos Campos, Santanapólis, Antônio Cardoso, Santo Amaro, Coração de Maria e Conceição do Jacuípe, conforme o Mapa 1. O município está ao leste do estado da Bahia, entre a Zona da Mata e o Sertão, na área de transição do Agreste Baiano, e de acordo com Lima (2010), 96% da área está inserida no Polígono das Secas. Além da sede (área urbana), a cidade possui em sua área rural sete distritos em seu redor: Maria Quitéria, Bonfim de Feira, Jaíba, Jaguara, Tiquaruçu e Humildes (SANTOS, 2012).



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

De acordo com o Mapa 1, acima, a cidade de Feira de Santana tem sua poligonal traçada nos arredores dos municípios de Coração de Maria, Conceição do Jacuípe, Santo Estevão, Cavunge, Anguera, Riachão do Jacuípe, Candeal, Irará e Ouriçangas, com uma área total de 1.368,68 km², densidade demográfica de 406,78 hab/km², na mesorregião do Centro Norte Baiano, e uma população de 556.642 hab de acordo com o último Censo 2010 (IBGE, 2010).

Em 2011, Feira de Santana foi oficializada Região Metropolitana (composta por Amélia Rodrigues, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Tanquinho, São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana) através do Decreto aprovado na forma de Lei Complementar de 06 de julho de 2011, sancionado pelo Governador Jaques Wagner (PORTAL R7, 2011), e tem seu nome em decorrência do seu destaque regional e funções econômicas (inicialmente através de uma grande feira livre onde eram comercializados itens em diversidades).

As transformações verificadas nos cenários urbanos nos últimos anos, em sua grande parte, se devem aos principais agentes econômicos condutores nas cidades, formados por construtores e produtores, os quais estabelecem contratos com a administração pública local e impõem regras (SALGUEIRO, 2005), e na cidade de Feira de Santana ocorreu nesses mesmos termos, onde o poder econômico e político sempre desenvolveu estratégias que caminhavam para a concentração de riquezas em poder de um grupo dominante.

Nota-se, na maioria das cidades de grande e médio porte, entre as quais feira de Santana, a má distribuição de renda e a concentração da pobreza, da criminalidade e demais problemas de ordem econômica e social, provocam disfunções capazes de gerar descrença nos diversos segmentos da sociedade feirense quanto à incapacidade dos poderes públicos em desenvolver e executar ações capazes de solucioná-los (CARMO, 2016).

## 3.2.1 A execução das verbas e metas para o Desenvolvimento Social

O advento da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 ao Brasil concedeu novas dimensões ao orçamento público, incumbindo maior responsabilidade na prestação das contas públicas e nas alocações dos recursos oriundos de impostos, taxas e transferências governamentais. Daí ser imperativa a existência de relatórios gerenciais que ajudem na tomada de decisão. Em sua redação a Lei de

Responsabilidade Fiscal prevê a responsabilidade da execução orçamentária e do cumprimento das metas estabelecido através de programação financeira e cronograma de execução de desembolso. Os recursos legalmente vinculados à uma finalidade deverão ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício posterior ao que ocorrer o ingresso. No caso de restabelecimento da receita orçada, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas (Art. 8, 9 e 10). (BRASIL, 2000).

A Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê em sua elaboração as receitas e despesas orçadas para o ano posterior. Através do Portal da Transparência, as contas públicas podem ser acompanhadas e analisadas a cada bimestre do ano em execução do orçamento previsto.

## 3.2.1.1 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função ou Subfunção

Para efeitos comparativos, os Demonstrativos da Execução das Despesas por função ou Subfunção dos 1º, 2º e 3º Bimestre dos anos de 2016 e 2017, apresentam as dotações, as despesas empenhadas e liquidadas, os restos a pagar não processados e os saldos a empenhar, das funções e políticas relacionadas à Assistência Social, e que, tem em seu principal objetivo prover o assistencialismo para capacitação, fortalecimento e desenvolvimento da sociedade a que se propõe.

A Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO) estabelece os compromissos e metas para o orçamento previsto por regionalização. Os anexos à LDO descrevem em pormenor o alcance para cada região administrativas e para os distritos.

Para efeitos comparativos, os compromissos e metas descritos abrangem a região Administrativa V (a qual se insere o bairro da Cidade Nova) e o Distrito de Jaguara para os anos de 2016 e 2017 dos anexos das Leis 3556/2015 e 3632/2016 respectivamente (FEIRA DE SANTANA, 2015, 2016). A LDO e a LOA devem estar alinhadas para de acordo com a destinação das verbas para as políticas públicas estabelecidas. A priori serão relacionadas as políticas estabelecidas para cada exercício, e posteriormente a relação das dotações, empenho e liquidação das despesas para o atendimento das políticas de assistência e desenvolvimento social.

Quadro 1 - Políticas estabelecidas para o município de Feira de Santana - Exercício 2016

Quadro 1 - Políticas estabelecidas para o		
Compromisso	Meta	Regionalização
Ofertar serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos.	Atender 2.176 pessoas com os programas da Rede de Proteção Social Especial.	Região Administrativa V (Sede) 45 UN Distrito de Jaguara 39 UN.
Promover o aprimoramento de gestão através da educação continuada, planejamento, monitoramento, avaliação e financiamento.	Cobrir a população com os programas e projetos da Política de Assistência Social.	Região Administrativa V (Sede) 1 UN Distrito de Jaguara 1 UN.
Desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada.	Atender 41.488 pessoas com os programas da Rede de Proteção Social Básica.	Região Administrativa V (Sede) 1250 UN Distrito de Jaguara 172 UN.
Ampliação do Programa de Família.	Acompanhar pela atenção básica 87% das famílias beneficiadas do programa bolsa família.	Região Administrativa V (Sede) 5 % Distrito de Jaguara 3 %.
Realização de campanhas preventivas e ações educativas durante os festejos populares.	Realizar campanhas preventivas e ações educativas durante os festejos populares.	Região Administrativa V (Sede) 1 CAMP.
Educação permanente para trabalhadores municipais da média e alta complexidade	Capacitar 25% dos trabalhadores municipais da média e alta complexidade	Região Administrativa V (Sede) 2 %.
Ampliação das ações da gestão municipal	Implementar ações da ouvidoria e do planejamento em saúde.	Região Administrativa V (Sede) 100 % Distrito de Jaguara 100 %.
Reduzir a repetência e o abandono escolar, facilitando o acesso e a permanência dos alunos da rede municipal de ensino.	Garantir acesso e permanência de 48.000 alunos da rede municipal de ensino	Região Administrativa V (Sede) 100 % Distrito de Jaguara 100 %.
Promover a melhoria dos serviços prestados pela Guarda Municipal, com foco na prevenção da violência e proteção das pessoas e patrimônio.	Capacitar 45 guardas municipais nas áreas de prevenção a violência, direitos humanos e cidadania	
Disponibilizar para a população, sistemas interativos que permitam registros de reclamações, sugestões, solicitações de serviços com feedback aos comunicantes.	Atendimentos realizados por ano	Região Administrativa V (Sede) 16000 UN Distrito de Jaguara 2500 UN.
Fortalecer o convívio familiar, comunitário e social, contribuindo com a garantia de direitos das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.	Consolidar o sistema municipal de proteção e defesa civil e assistir 1.273 famílias no município	Região Administrativa V (Sede) 158 UN Distrito de Jaguara 47 UN.
Ampliar de forma adequada e estruturada o Apoio Jurídico prestado aos cidadãos, com a criação de um Centro de Mediação.	Promover caminho de consolidação, garantir o acesso ao cidadão a justiça com apoio jurídico.	Região Administrativa V (Sede) 1950 UN Distrito de Jaguara 812 UN.
Realizar atividades que visem o desenvolvimento pessoal, social, comunitário e profissional de jovens com	Proporcionar atendimento sócio assistencial, através de ações de capacitação	Região Administrativa V (Sede) 10 UN.

Compromisso	Meta	Regionalização
idade de 15 a 24 anos.	técnica e prática para pessoas em situação de vulnerabilidade sócio- econômica e risco social	
Promover de forma sistêmica a integração entre o Gabinete de Gestão Integrada Municipal, o Conselho Antidrogas e o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, no desenvolvimento de atividades de assistência à população.	Implementação de políticas públicas voltadas para a proteção de jovens e mulheres em situação de Vulnerabilidade.	Região Administrativa V (Sede) 1200 UN Distrito de Jaguara 470 UN.
Capacitar mulheres para atuar nas comunidades que constituem áreas conflagradas com vista à construção e fortalecimento das redes sociais de prevenção e enfrentamento a violência.	Oferecer um percurso social formativo para promoção da cidadania, direitos humanos, qualificação profissional e inclusão social para prevenção da violência da criminalidade.	Região Administrativa V (Sede) 10 UN.
Promover o desenvolvimento econômico, turístico e produtivo de forma sustentável no Município.	Desenvolver 100% do desenvolvimento econômico do Município.	Região Administrativa V (Sede) 100 % Distrito de Jaguara 100 %
Ofertar serviços de Inclusão Produtiva buscando a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, através do incentivo à geração de trabalho e renda, promovendo ações de capacitação, instrumentalização para o trabalho e formação de grupos de produção, bem como incentivo ao acesso do ensino superior.	Beneficiar 40.120 indivíduos com os serviços de Inclusão Produtiva.	Região Administrativa V (Sede) 1000 UN Distrito de Jaguara 550 UN.
Apoiar ações que viabilizem os direitos estabelecidos por Lei das crianças e dos adolescentes.	Atender 13.084 pessoas com ações de promoção aos direitos das crianças e dos adolescentes.	Região Administrativa V (Sede) 449 UN Distrito de Jaguara 75 UN.
Apoiar ações que viabilizem dos direitos estabelecidos em Lei das pessoas idosas.	Atender 1.100 pessoas com ações de promoção aos direitos das pessoas idosas.	Região Administrativa V (Sede) 25 UN Distrito de Jaguara 13 UN.
Apoiar as ações que viabilizem os direitos, estabelecidos em Lei, dos negros, indígenas e minorias.	Atender 6.000 pessoas com ações de promoção aos direitos dos negros, indígenas e minorias.	Região Administrativa V (Sede) 88 UN Distrito de Jaguara 120 UN.
Apoiar ações que viabilizem os direitos estabelecidos em Lei, das pessoas com deficiência.	Atender 1.100 pessoas com ações de promoção aos direitos da pessoa com deficiência.	Região Administrativa V (Sede) 25 UN Distrito de Jaguara 12 UN.
Utilizar o esporte para incentivar e garantir a integração social e a confraternização entre as pessoas.	Atender 750.000 pessoas nas áreas de esporte e lazer do município.	Região Administrativa V (Sede) 150000 UN Distrito de Jaguara 10000 UN.
Implantar e implementar cursos visando a inclusão digital e empregabilidade da população, através dos polos digitais, assegurando o acesso contínuo à internet gratuita.	Implantar e manter a internet gratuita em todo o município.	Região Administrativa V (Sede) 100 % Distrito de Jaguara 100 %.

Compromisso	Meta	Regionalização		
Garantir a população feirense maior	Ampliar os sistemas de	Região Administrativa V		
mobilidade através do transporte de	transportes públicos	(Sede) 59590 UN		
qualidade, por meio de ações a serem	municipais a fim de atender a	Distrito de Jaguara 2500 UN.		
implementadas pela Prefeitura Municipal	população contida nas			
priorizando o transporte público de massa.	regiões administrativas.			
Garantir a mobilidade e acessibilidade aos	Ampliar o número de	Região Administrativa V		
portadores especiais, nos Sistemas de	beneficiários do Programa de	(Sede) 29 UN		
Transporte Público municipal, através de	Acessibilidade aos Cidadãos	Distrito de Jaguara 2 UN.		
ações a serem implementadas pela	Especiais (PACE) em 50%.			
Prefeitura Municipal.				
Verificar e acompanhar a conformidade dos	Ampliar a acessibilidade aos	Região Administrativa V		
veículos de transportes coletivos quanto a	portadores de necessidades	(Sede) 100 %		
acessibilidade aos portadores de	especiais em 100% da frota	Distrito de Jaguara 100 %		
necessidades especiais, através de ações	de ônibus			
a serem implementadas pela Prefeitura				
Municipal.				
Utilizar o lazer para incentivar e garantir a	Atender 11.200 pessoas na	Região Administrativa V		
integração social e a confraternização entre	promoção de cultura e lazer.	(Sede) 1000 UN		
as pessoas.		Distrito de Jaguara 10000		
		UN.		

Fonte: Feira de Santana (2015).

Nota: Adaptado pela autora desta dissertação (2017).

Os compromissos e metas traçados em seus dados quantitativos para o ano de 2016, aqui relacionadas nas ações com objetivos de desenvolvimento social da sociedade feirense, e o recorte quantitativo para a Região Administrativa que envolve o bairro da Cidade Nova e para o Distrito de Jaguara em particular. Esses compromissos envolvem a promoção do desenvolvimento social por meio de políticas de acesso à educação, promoção à cultura, esporte e lazer bem como as ações de integração social e acessibilidade e garantia de direitos de cada comunidade.

O que se almeja refletir para o ano de 2016 através da LDO deveriam partir dos reflexos, por exemplo, do baixo índice do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), 4,0 para a meta de 4,3 do município no ano de 2015, na Bahia, os municípios com os melhores índices no Ensino Fundamental 1 foram Ibitiara (6,5), Licínio de Almeida (6,3), Novo Horizonte (6,3). No Ensino Fundamental 2, as cidades com melhores médias foram Jacaraci (5,1 abaixo da meta), Ibirapuã (5,0), Licínio de Almeida (5,0). (Confederação Nacional dos Municípios, 2016). As ações sistêmicas no desenvolvimento de atividades de assistência à população visam diminuir a evasão escolar através do fortalecimento do vínculo familiar e que busquem viabilizar os direitos estabelecidos em Lei para o desenvolvimento pessoal, social e comunitário da população objetivadas nos compromissos e metas, através das funções de Assistência à Criança e ao Adolescente e da Assistência

Comunitária demonstrados nos quadros de Demonstrativos da Execução das Despesas por Função ou Subfunção dos 3 primeiros bimestres dos anos de 2016.

Quadro 2 - Políticas estabelecidas para o município de Feira de Santana - Exercício 2017

Quadro 2 - Políticas estabelecidas para o muni		
Compromissos	Metas	Regionalização
Promover a melhoria dos serviços prestados pela Guarda Municipal, com foco na prevenção da violência e proteção das pessoas e patrimônio.	Capacitar 45 guardas municipais nas áreas de prevenção a violência, direitos humanos e cidadania.	Região Administrativa V (Sede) 5 UN Distrito de Jaguara 2 UN.
Disponibilizar para a população, sistemas interativos que permitam registros de reclamações, sugestões, solicitações de serviços com feedback aos comunicantes.	Atendimentos realizados por ano.	Região Administrativa V (Sede) 16000 UN Distrito de Jaguara 2500 UN.
Fortalecer o convívio familiar, comunitário e social, contribuindo com a garantia de direitos das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.	Consolidar o sistema municipal de proteção e defesa civil e assistir 1.273 famílias no município.	Região Administrativa V (Sede) 158 UN Distrito de Jaguara 47 UN.
Ampliar de forma adequada e estruturada o Apoio Jurídico prestado aos cidadãos, com a criação de um Centro de Mediação.	Promover caminho de consolidação, garantir o acesso ao cidadão a justiça com apoio jurídico.	Região Administrativa V (Sede) 1950 UN Distrito de Jaguara 812 UN.
Promover de forma sistêmica a integração entre o Gabinete de Gestão Integrada Municipal, o Conselho Antidrogas e o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, no desenvolvimento de atividades de assistência à população.	Implementação de políticas públicas voltadas para a proteção de jovens e mulheres em situação de Vulnerabilidade	Região Administrativa V (Sede) 1200 UN Distrito de Jaguara 470 UN.
Promover o desenvolvimento econômico, turístico e produtivo de forma sustentável no Município.	Desenvolver 100% do desenvolvimento econômico do Município	Região Administrativa V (Sede) 100 % Distrito de Jaguara 100 %
Ofertar serviços de Inclusão Produtiva buscando a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, através do incentivo à geração de trabalho e renda, promovendo ações de capacitação, instrumentalização para o trabalho e formação de grupos de produção, bem como incentivo ao acesso do ensino superior.	Beneficiar 40.120 indivíduos com os serviços de Inclusão Produtiva.	Região Administrativa V (Sede) 1000 UN Distrito de Jaguara 550 UN
Apoiar ações que viabilizem os direitos estabelecidos por Lei das crianças e dos adolescentes.	Atender 13.084 pessoas com ações de promoção aos direitos das crianças e dos adolescentes.	Região Administrativa V (Sede) 449 UN Distrito de Jaguara 75 UN
Apoiar ações que viabilizem dos direitos estabelecidos em Lei das pessoas idosas.	Atender 1.100 pessoas com ações de promoção aos direitos das pessoas idosas.	Região Administrativa V (Sede) 25 UN Distrito de Jaguara 13 UN.
Apoiar as ações que viabilizem os direitos, estabelecidos em Lei, dos negros, indígenas e minorias.	Atender 6.000 pessoas com ações de promoção aos direitos dos negros,	Região Administrativa V (Sede) 88 UN Distrito de Jaguara 120

Compromissos	Metas	Regionalização
	indígenas e minorias.	UN.
Apoiar ações que viabilizem os direitos estabelecidos em Lei, das pessoas com deficiência.	Atender 1.100 pessoas com ações de promoção aos direitos da pessoa com deficiência.	Região Administrativa V (Sede) 25 UN Distrito de Jaguara 12 UN.
Utilizar o esporte para incentivar e garantir a integração social e a confraternização entre as pessoas.	Atender 750.000 pessoas nas áreas de esporte e lazer do município.	Região Administrativa V (Sede) 150000 UN Distrito de Jaguara 10000 UN.
Implantar e implementar cursos visando a inclusão digital e empregabilidade da população, através dos polos digitais, assegurando o acesso contínuo à internet gratuita.	Implantar e manter a internet gratuita em todo o município.	Região Administrativa V (Sede) 100 % Distrito de Jaguara 100 %
Garantir a população feirense maior mobilidade através do transporte de qualidade, por meio de ações a serem implementadas pela Prefeitura Municipal priorizando o transporte público de massa.	Ampliar os sistemas de transportes públicos municipais a fim de atender a população contida nas regiões administrativas.	Região Administrativa V (Sede) 59590 UN Distrito de Jaguara 2500 UN.
Garantir a mobilidade e acessibilidade aos portadores especiais, nos Sistemas de Transporte Público municipal, através de ações a serem implementadas pela Prefeitura Municipal.	Ampliar o número de beneficiários do programa de acessibilidade aos cidadãos especiais - PACE em 50%.	Região Administrativa V (Sede) 29 UN Distrito de Jaguara 2 UN.
Verificar e acompanhar a conformidade dos veículos de transportes coletivos quanto a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, através de ações a serem implementadas pela Prefeitura Municipal.	Ampliar a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais em 100% da frota de ônibus.	Região Administrativa V (Sede) 100 % Distrito de Jaguara 100 %.
Utilizar o lazer para incentivar e garantir a integração social e a confraternização entre as pessoas.	Atender 11.200 pessoas na promoção de cultura e lazer.	Região Administrativa V (Sede) 1000 UN Distrito de Jaguara 10000 UN.
Ofertar serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos.	Atender 2.176 pessoas com os programas da Rede de Proteção Social Especial.	Região Administrativa V (Sede) 45 UN Distrito de Jaguara 39 UN
Promover o aprimoramento de gestão através da educação continuada, planejamento, monitoramento, avaliação e financiamento.	Cobrir a população com os programas e projetos da Política de Assistência Social.	Região Administrativa V (Sede) 1 UN Distrito de Jaguara 1 UN.
Desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada.	Atender 41.488 pessoas com os programas da Rede de Proteção Social Básica.	Região Administrativa V (Sede) 1250 UN Distrito de Jaguara 172 UN.
Manter e ampliar o atendimento a mulher e a criança feirense.	Atendimentos nas áreas de obstetrícia, cirurgias laboratoriais e ambulatórias.	Região Administrativa V (Sede) 100 % Distrito de Jaguara 100 %.
Ampliação do Programa de Família.	Acompanhar pela atenção básica 87% das famílias beneficiadas do programa bolsa família.	Região Administrativa V (Sede) 5 % Distrito de Jaguara 3 %.
Reduzir a repetência e o abandono escolar, facilitando o acesso e a permanência dos alunos da rede municipal de ensino.	Garantir acesso e permanência de 48.000 alunos da rede municipal	Região Administrativa V (Sede) 100 % Distrito de Jaguara 100

Compromissos	Metas	Regionalização		
	de ensino.	%.		
Promover a melhoria dos serviços prestados pela Guarda Municipal, com foco na prevenção da violência e proteção das pessoas e patrimônio.	Capacitar 45 guardas municipais nas áreas de prevenção a violência, direitos humanos e cidadania.	Região Administrativa V (Sede) 5 UN Distrito de Jaguara 2 UN.		
Disponibilizar para a população, sistemas interativos que permitam registros de reclamações, sugestões, solicitações de serviços com feedback aos comunicantes.	Atendimentos realizados por ano.	Região Administrativa V (Sede) 16000 UN Distrito de Jaguara 2500 UN.		

Fonte: Feira de Santana (2016).

Nota: Adaptado pela autora desta dissertação (2017).

Para o ano de 2017, a Secretária de Desenvolvimento Social (Sedeso) busca promover o fortalecimento das comunidades e da família, o desenvolvimento de jovens, adolescentes e da criança através das ações dos Programas Feira Produtiva, do Programa Criança Feliz, Programa Primeira Infância, por meio das ações descritas na LDO, em que objetivam reduzir a evasão escolar da rede municipal de ensino, apoio à população negra, indígenas e minorias, políticas para a capacitação e geração de trabalho e renda. Estão evidenciados os seus empenhos nos Quadros 3, 4 e 5 dos 3 primeiros bimestres do ano de 2017, onde o empenho e execução Assistência comunitária das despesas para а tem maior representatividade orçamentária e que abrange, portanto, as principais políticas públicas para a Assistência Social (FEIRA DE SANTANA, 2017b).

Os quadros de Demonstrativos da Execução das Despesas por função ou Subfunção estão relacionados com as verbas destinadas, denominadas de Dotação, que devem atender às políticas públicas mencionadas através dos compromissos e metas citados acima que visam atender à toda população feirense, mas que ficou evidenciado através da regionalização as quantidades de serviços, programas, ações e projetos para atender ao público regionalizado e total da cidade de Feira de Santana. As Despesas Empenhadas são as despesas reconhecidas para as ações públicas destinadas para a Função e Subfunção, porém não liquidadas. As Despesas Liquidadas são as Despesas que foram empenhadas e quitadas. Os Restos a Pagar Não Processados são os gastos referentes à exercício anterior que não foram liquidados. O Saldo a Empenhar corresponde ao resultado da subtração da Dotação Atualizada com as Despesas Empenhadas, portanto, representam os saldos que deverão ser destinados à ações com o fim proposto à Função e Subfunção.

Quadro 3 - Demonstrativos da Execução das Despesas por Função ou Subfunção 1º Bimestre de 2016 e 2017

Função /	Dotação	Dotação	Despesas	Despesas	Despesas	Despesas	Restos a	Restos a	Saldo a	Saldo a
Subfunção	atualizada 2016	atualizada 2017	Empenhadas 2016	Empenhadas 2017	Liquidadas 2016	Liquidadas 2017	pagar não processado s 2016	pagar não processado s 2017	empenhar 2016	empenhar 2017
Assistência Social	39.109.582,00	35.169.113,00	13.725.913,25	13.521.042,17	1.456.540,47	2.682.875,12	206.522,15	-	25.383.668,75	21.648.070,83
Administração Geral	835.000,00	1.016.500,00	234.654,55	349.664,39	65.937,55	79.948,4	-	-	580.365,45	666.835,61
Assistência ao idoso	85.000,00	268.000,00	-	-	-	-	-	-	85.000,00	268.000,00
Assistência ao portador de Deficiência.	553.087,00	454.768,0	185.220,98	282.207,35	12.700,80	7.578,90	-	•	367.866,02	172.560,65
Assistência à criança e ao adolescente	6.648.324,00	5.934.862,00	2.461.679,31	2.025.869,69	114.905,50	309.128,92	22.816,38	-	4.186.644,69	3.908.992,31
Assistência comunitária	30.928.171,00	27.434.983,0	10.824.378,41	10.863.300,74	1.262.996,62	2.286.218,87	183.705,77		20.103.792,59	16.571.682,26
Assistência aos povos indígenas	60.000,00	60.000,00	-	-	-	-	-		60.000,00	60.000,00

Fonte: Feira de Santana - Portal da Transparência (2017). Nota: Adaptado pela autora desta dissertação (2017).

Através da análise dos Demonstrativos nota-se a destinação dos recursos para as subfunções das políticas de assistência social. No primeiro bimestre dos anos de 2016 e 2017 houve uma redução de 10,07% na dotação destinada à Assistência Social, bem como uma redução nas verbas destinadas à Assistência ao Portador de Deficiência, à Criança e ao Adolescente e à Assistência comunitária (a qual abrange os serviços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) etc. que representa 79,08% e 78,01% das contas de Assistência Social em 2016 e 2017 respectivamente), entretanto, à verba destinada para a Administração Geral recebeu um aumento de 21,74% entre o bimestre de 2016 e 2017, representando 2,89% das verbas destinadas à Assistência Social. Observou-se também um aumento de 215,29% do primeiro bimestre de 2016 para o primeiro bimestre de 2017 (FEIRA DE SANTANA, 2017b).

Quadro 4 - Demonstrativos da Execução das Despesas por Função ou Subfunção 2º Bimestre de 2016

Função / Subfunção	Dotação 2016	Dotação 2017	Despesas Empenhadas 2016	Despesas Empenhadas 2017	Despesas Liquidadas 2016	Despesas Liquidadas 2017	Restos a pagar não processados 2016	Restos a pagar não processados 2017	Saldo a empenhar 2016	Saldo a empenhar 2017
Assistência Social	39.109.582,00	35.169.113,00	2.010.507,98	2.251.089,51	4.097.143,39	3.636.814,08	206.522,15	-	23.373.160,77	19.396.981,32
Administraç ão Geral	680.000,00	976.500,00	189.968,62	124.655,00	97.426,66	91.692,62	-	-	235.396,83	502.180,61
Assistência ao idoso	85.000,00	268.000,00	-	-	-	-	-	-	85.000,00	268.000,00
Assistência ao portador de Deficiência.	553.087,0	454.768,00	-	592,27	7.578,90	34.812,16	-	-	367.866,02	171.968,38
Assistência à criança e ao adolescente	6.454.324,00	5.814.862,00	203.029,95	197.332,88	794.600,47	532.908,53	22.816,38	-	3.789.614,74	3.391.659,43
Assistência comunitária	31.277.171,00	27.374.983,00	1.617.509,41	1.928.509,36	3.197.537,36	2.977.400,77	183.705,77	-	18.835.283,18	15.003.172,90
Assistência aos povos indígenas	60.000,00	60.000,00	-	-	-	-	-		60.000,00	60.000,00

Fonte: Feira de Santana - Portal da Transparência (2017). Nota: Adaptado pela autora desta dissertação (2017).

Nos Demonstrativos dos segundos bimestres nota-se a destinação dos recursos para as subfunções das políticas de assistência social. Nos anos de 2016 e 2017 não houveram atualizações na dotação inicial destinada à Assistência Social. O total das despesas empenhadas do primeiro bimestre de 2016 para o segundo bimestre de 2016 sofreu uma queda de 85,35% entre os períodos, já em 2017 o empenho das despesas caiu em 83,35% do primeiro para o segundo bimestre. Os saldos a empenhar entre o primeiro e segundo bimestre de 2016 sofreu uma redução de 7,92%, já em 2017 a redução atingiu a 10,4%. As despesas liquidadas sofreram um aumento de 181,29% entre o primeiro bimestre e o segundo bimestre de 2016, e para o primeiro e segundo bimestre de 2017 um aumento de 35,56%, o que justifica-se pela liquidação dos restos a pagar não processados de exercício anterior (FEIRA DE SANTANA, 2017b).

Quadro 5 - Demonstrativos da Execução das Despesas por Função ou Subfunção 3º Bimestre 2016

Função / Subfunção	Dota ção atuali zada 2016	Dotação atualiza da 2017	Despes as Empenh adas 2016	Despes as Empenh adas 2017	Despesa s Empenh adas até o bimestre 2016	Despesa s Empenh adas até o bimestre 2017	Despes as Liquida das 2016	Despes as Liquida das 2017	Despes as liquida das até o bimestr e 2016	Despesa s Liquidad as até o bimestre 2017	Restos a pagar não process ados 2016	Restos a pagar não processa dos 2017	Saldo a empenh ar 2016	Saldo a empenh ar 2017
Assistência Social	39.10 9.582 ,00	35.049.1 13,00	3.024.99 8,57	4.513.70 5,65	18.761.4 19,80	20.285.8 37,33	4.118.8 62,55	3.879.4 80,94	9.672.5 46,41	10.199.1 70,14	-	-	20.348.1 62,20	14.763.2 75,67
Administraç ão Geral	751.0 00,00	861.500, 00	108.785, 86	188.602, 00	553.389, 03	662.921, 39	176.511 ,29	113.984 ,38	339.875 ,50	285.625, 43	-	-	197.610, 97	198.578, 61
Assistência ao idoso	85.00 0,00	244.000, 00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85.000,0 0	244.000, 00
Assistência ao portador de Defic.	553.0 87,00	454.768, 00	27.093,2 1	3.685,16	212.314, 19	286.484, 78	107.068 ,50	95.670, 16	127.348 ,20	138.061, 22	-	-	340.772, 81	168.283, 22
Assistência à criança e ao adolesc.	5.644 .324, 00	5.057.86 2,00	455.601, 76	465.578, 61	3.120.31 1,02	2.688.78 1,18	610.736 ,45	439.547 ,88	1.520.2 42,42	1.281.58 5,33	-	-	2.524.01 2,98	2.369.08 0,82
Assistência comunitária	32.01 6.171 ,0	28.370.9 83,00	2.433.51 7,74	3.855.83 9,88	14.875.4 05,56	16.647.6 49,98	3.224.5 46,31	3.230.2 78,52	7.685.0 80,29	8.493.89 8,16	-	-	17.140.7 65,44	11.723.3 33,02
Assistência povos indígenas	60.00 0,00	60.000,0	-	-		-	-	-	-	-	-	-	60.000,0 0	60.000,0 0

Fonte: Feira de Santana - Portal da Transparência (2017). Nota: Adaptado pela autora desta dissertação (2017).

O terceiro bimestre mostra a posição da Execução das Despesas por Função ou Subfunção dos meses de maio e junho dos anos de 2016 e 2017. As despesas empenhadas no bimestre sofreram um aumento de 49,21% entre os períodos, sendo que os gastos empenhados com a assistência comunitária representam 80,45% do total das despesas empenhadas no terceiro bimestre de 2016, e 85,43% em 2017, o empenho com a Assistência à Criança e ao Adolescente representam 15,06% e 10,31% das despesas empenhadas, a Administração Geral 3,60% e 4,18% e a Assistência ao Portador de Deficiência 0,89% e 0,08% para os anos de 2016 e 2017 respectivamente. A Assistência aos povos indígenas não sofreu empenhos nem liquidações igualmente nos exercícios de 2016 e 2017 em todos os bimestres apesar de existirem na sede 1.093 pessoas declaradas indígenas de acordo com o último Censo (IBGE, 2010). Até o primeiro semestre de 2016 as despesas empenhadas correspondem a 47,97% da dotação para o exercício, e no ano de 2017 o correspondente à 57,88% da dotação para o exercício, um aumento de 8,13% no empenho das despesas entre os anos até o final do terceiro bimestre.

## 3.2.2 IDH - Feira de Santana

O Desenvolvimento Humano reflete a ampliação das capacidades e oportunidades sociais para o desenvolvimento de uma dada população, não mede apenas a perspectiva de crescimento econômico, mas sim a forma em que o crescimento econômico, ou a renda, contribui para o desenvolvimento do ser humano. O IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, mas não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento (PNUD, 2017).

80 e + 70 a 74 60 a 64 50 a 54 40 a 44 30 a 34 20 a 24 10 a 14 0 a 4 10 5 0 5 10

Gráfico 2 - Pirâmide Etária Feira de Santana da distribuição por sexo segundo os grupos de idade

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

A cidade de Feira de Santana está constituída principalmente de pessoas entre 25 à 30 anos, e em sua maioria de homens. A pirâmide etária possibilita a percepção da constituição da sociedade, aqui observa-se uma cidade de poucos idosos, mas uma grande concentração de pessoas em idade que possibilite a movimentação do mercado de trabalho e da economia de comércio.

Quadro 6 - Comparativo de pobreza e desigualdade na Bahia, Feira de Santana e cidades relacionadas em 2010

Indicadores	Bahia	Salvador	Feira de	Vitória da	Camaçari	Juazeiro
			Santana	Conquista		
IDHM	0,660	0,759	0,712	0,678	0,694	0,677
IDHM – Renda	0,663	0,772	0,710	0,681	0,702	0,657
IDHM –	0,783	0,835	0,820	0,788	0,811	0,796
Longevidade						
IDHM – Educação	0,555	0,679	0,619	0,581	0,586	0,594
Índice de Gini	0,628	0,645	0,608	0,559	0,546	0.572

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

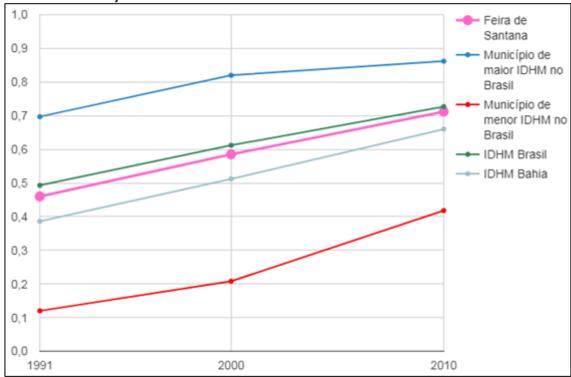


Gráfico 3 - Evolução do IDHM Feira de Santana

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da cidade de Feira de Santana é o segundo maior no estado da Bahia, passando a frente de Vitória da Conquista, Camaçari, Juazeiro, e apresenta inclusive um índice mais elevado que o estado da Bahia, bem como os IDHM – Renda, IDHM – Longevidade e IDHM – Educação, e que acompanha uma variável exponencial similar ao IDH do Brasil de acordo com os dados do Censo 2010. O Índice de Gini, porém apresenta altos níveis de desigualdade (sendo 0 a completa igualde, e 1 a completa desigualdade) gerados pela má distribuição de renda e desigualdade educacional.

#### 4 O CASO DO DISTRITO DE JAGUARA E DO BAIRRO CIDADE NOVA

O Distrito de Jaguara e o Bairro da Cidade Nova foram duas delimitações do município de Feira de Santana que possuem características altamente distintas, mas que, na constituição de políticas públicas que atingem as duas regiões possuem tratamento de similaridade, distinguindo-se apenas em quantitativos para destinação de verbas e estabelecimento das ações.

O bairro da Cidade Nova, bem como alguns outros bairros feirenses (Feira X, Santa Mônica, Campo Limpo etc), possuem dinâmicas sociais completamente antagônicas às encontradas nos distritos rurais, como é o caso de Jaguara. Jaguara é o distrito mais distante da Sede, e o que mais sofre com os períodos de seca e com o atendimento de algumas necessidades básicas. Por um lado, intensos fluxos de jovens, carros, ônibus, barulhos de buzinas e celulares, pessoas gritando e andando apressadas, e do outro, um clima bucólico e pacato, idosos sentados na porta de casa, porcos andando pelas calçadas em meio à cães e gatos, trabalhadores rurais andando pelas ruas com bainhas e facões em punho.

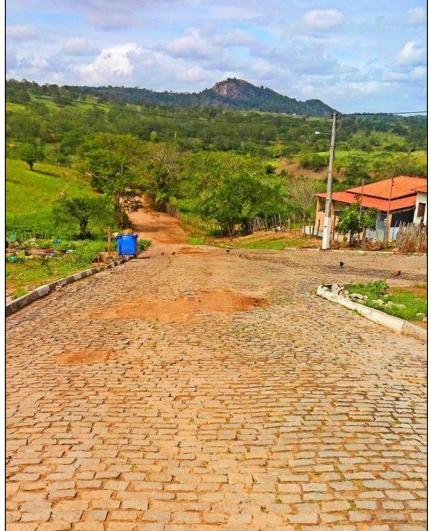
#### 4.1 O RURAL E O URBANO: BREVES CONCEITOS

As discussões que permeiam o rural e o urbano são clássicas no universo das ciências sociais e estão ligados às referências espaciais, às definições de cidade e campo, e à difusão da estrutura capitalista do modo de vida urbano para o campo. Santos (1996, p.13) assevera que "o campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos".

A lenta evolução urbana ao longo do século XX período, caracterizou-se por uma concentração em algumas capitais de determinados estados. Em 1920, apenas 16,6% da população vivia em cidades de 20 mil habitantes ou mais. Os dois principais centros urbanos eram o Rio de Janeiro, com 790 mil habitantes, e São Paulo, com 579 mil. (CARVALHO, 2002). O Censo demográfico (IBGE, 2010) constatou que, quase 15,65% de seu contingente populacional, aproximadamente 30 milhões de pessoas, vivia em zonas consideradas rurais, sendo quase metade delas na Região Nordeste.

Dias e Brandão (2015) trazem alguns conceitos necessários para a compreensão do rural e urbano: Rural é uma condição de vida marcada pela precariedade material, porém, com costumes sociais rígidos pautados na religiosidade, e com predomínio de relações primárias baseadas em vínculos familiares e de amizade; O urbano é um estado em que se expande a partir da estrutura capitalista, pois consiste em uma vida marcada intensamente pelo consumismo e relações monetarizadas, com relações cada vez mais secundárias, cujos vínculos são estabelecidos através das relações econômicas e profissionais. A expectativa criada pela vida urbana é a da superação das restrições materiais, condição ainda não realizada para toda a sociedade.





Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2017).

Silva, Lima e Elias (2006, p.225 apud BALDIM, 2013, p.23) complementam que a expansão das relações capitalistas de produção entre a cidade e o campo foi "conduzida de forma extremamente prejudicial à maioria da população rural, à organização do território e ao meio ambiente". Assim, o crescimento econômico foi promovido de forma desigual, com uma concentração da estrutura fundiária, gerando exclusão e pobreza, acentuando as histórias de desigualdades nos territórios brasileiros.



Figura 4 - Caracterização da área rural de Feira de Santana: Distrito de Jaguara

Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2017).

Segundo Olic (2001), do acordo com as formas de organização econômica, as cidades não são mais identificadas como os locais onde se desenvolvem as atividades industriais, nem os campos como as áreas onde apenas se praticam atividades agropecuárias. De acordo com a evolução do urbanismo, é perceptível uma gradativa parcela da área rural que foi se urbanizando através do processo de industrialização e compartilhamento de tecnologias, além dos demais transbordamento do mundo urbano para aquelas áreas que tradicionalmente eram

definidas como rurais. A agricultura ficou fortemente interligada ao restante da economia, porém com novas configurações para o espaço rural. Portanto, Olic (2001) considera que o rural não pode ser visto como sinônimo de atraso, já que não se opõe ao urbano como representação da modernidade. Todavia, é importante acrescentar que não se deve esquecer que ainda, nas áreas rurais brasileiras, regiões com predominância de atraso, consequência de nossa herança histórica marcada pela escravidão, pela injusta estrutura fundiária e má distribuição de renda, e pela chaga representada pelas imensas desigualdades sociais (FACO, 2007).



Figura 5 - Caracterização da área urbana de Feira de Santana: Bairro Cidade Nova (2017)

Fonte: Acorda Cidade (2017).

Os grandes centros urbanos, por disporem de melhor infraestrutura, concentram o maior número de indústria, comércio e ofertas na prestação de serviços, que são fontes geradoras de empregos, e era o principal fator de atração da mão-de-obra procedente do campo. Entretanto, além das ofertas de emprego e infraestrutura, os centros urbanos em sua dinâmica social não oferecem abrigo para toda migração, gerando um quadro de cidadãos marginalizados e com condições de vida desiguais daqueles que estão instalados em situações de saneamento, saúde, moradia e atendimento à assistência social.

A partir da década de 80, com a melhoria dos meios de transporte, comunicação, educação e saúde, surgiram novos postos de trabalho e ocupação no campo, relacionadas ou não com a atividade agrícola, como o setor de construção civil, o setor de serviços, comércio, e mineração, setores que à época estavam em pleno crescimento, e podiam chegar a oferecer remuneração superior à ofertada nos centros urbanos, fator que vem contribuindo para a diminuição do êxodo rural (CARMO, 2016).



Figura 6 - Caracterização da área urbana de Feira de Santana: Cidade Nova

Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2017).

Por volta da década de 70 houve uma nova configuração na relação da população rural e urbana brasileira, uma movimentação acelerada que decorreu no surgimento de graves problemas sociais. A desigualdade social pode presente em

diversos processos, como o de favelização, proliferação de moradias irregulares e aglomerados subnormais, em condições precárias e sub-humanas, em locais insalubres ou de proteção ambiental, residindo em locais de irregularidades com relação à propriedade do solo urbano. O mercado informal e as grandes feiras livres abrigam também grande parte dessa mão-de-obra, são trabalhadores que residem no centro urbano ou não, mas que desenvolvem uma extensão do seu trabalho do campo, e que fazem parte também da população flutuante nos dias comerciais das cidades.

# 4.1.1 As Caracterizações dos Cidadãos Rurais e Urbanos

A partir da teoria marxista, Lefebvre (1991) analisa o processo da separação campo-cidade através da divisão social e técnica do trabalho e das forças de produção. Com a evolução das formas de produção, bem como o surgimento da agricultura e posteriormente a ocorrência da produção excedente, surge uma nova configuração do trabalho, com o surgimento de funções que não vivem diretamente do trabalho, como os cargos administrativos e militares. Essa separação entre campo e cidade revela uma divisão do social e sua configuração no espaço, além de corresponder "à separação entre trabalho material e intelectual, e, por conseguinte entre natural e espiritual." (LEFEBVRE, 1991, p.36).



Figura 7 - Caracterização do cidadão rural de Feira de Santana – Vaqueiros de Jaguara

Fonte: Daniel Ferreira - Jaguara Porta Voz (2017).

Há movimentações de resistências culturais e afirmação da identidade de uma comunidade que ainda sobrevivem aos processos de urbanização, e que buscam modos de preservação histórica e da identidade de um povo que vem sendo diluída pelas sociedades capitalistas. Entretanto, Henri Lefebvre (1999) afirma que essas distinções entre rural e urbano tendem a deixar de existir. Não é só uma questão de dominância no plano político, econômico e cultural, ou por bases arquitetônicas ou materiais distintos, mas que existe uma tendência à "destruição" da vida camponesa, dando espaço apenas a uma só dinâmica social, que totalize uma "urbanização completa da sociedade." (LEFEBVRE, 1999, p. 13).



Figura 8 - Caracterização do cidadão urbano da Cidade de Feira de Santana

Fonte: Acorda Cidade (2017).

A centralidade pode definir o urbano, a centralização de poderes e da economia em oposição à vida camponesa à margem desse centro. A definição de urbano para Lefebvre (1999) remota à: "amontoado de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o fenômeno urbano." (LEFEBVRE, 1999, p. 108).

O cidadão urbano está inserido em uma dinâmica em que se faz uma trama social presente na cidade através de suas redes estabelecidas pelas relações e atividades desenvolvidas por "seres concebidos, construídos ou reconstruídos pelo pensamento" (Lefebvre, 1999, p. 54) através da divisão social do trabalho, é um conceito definido através de sua morfologia social e o processo de urbanização, pois não existe sociedade sem organização do espaço.

# 4.2 AS POLÍTICAS MUNICIPAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

A Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESO) de Feira de Santana, criada pela Lei nº 1802 de 30 de junho de 1995, possui como seu principal objetivo a

política de promoção social no âmbito municipal. É de competência da SEDESO – Feira de Santana:

- I Coordenar, promover e executar as ações que viabilizem a integração e a assistência social das comunidades;
- II Promover ações voltadas para a superação de problemas emergenciais das comunidades;
- III Articular-se com os segmentos comunitários organizados, visando a sua participação na definição das políticas da área de ação da Secretaria;
- IV Fomentar, coordenar e executar ações de apoio à Criança, o Adolescente, à Família, ao Idoso e à Pessoa portadora de Deficiência;
- V Desenvolvimento de ações que objetivem a valorização do trabalhador e a sua integração na Economia;
- VI Desenvolver programas que possibilitem a melhoria de qualidade de vida da população carente;
- VII Exercer outras atividades correlatas. (FEIRA DE SANTANA, 1995).

A estrutura organizacional da SEDESO representa suas operações pelo Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento das Comunidades Negras e Indígenas; Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal dos direitos da pessoa com deficiência; Conselho Municipal dos Direitos da pessoa Idosa; Conselho Municipal de Segurança alimentar e nutricional; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Conselho Municipal da Juventude; Programa de Enfrentamento à Violência Infanto Juvenil.

Os programas de serviço e assistência à comunidade são: o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional e Cidadania, criado com o propósito de assegurar o direito à alimentação adequada para as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos; o Costurarte, com a doação de jeans recicláveis para o desenvolvimento de trabalho sustentável em corte e costura, customização e artesanato, servindo de canal de inclusão social para mulheres inseridas no Cadastro Único (CadÚnico); Projeto Família Cidadã, oferecer Casamento Coletivo aos cidadãos que encontramse em situação de vulnerabilidade social; Centro Integrado de Capacitação e apoio ao adolescente e Família Prof.ª Gilsa Melo, missão de colocar à disposição do adolescente e sua família em situação de vulnerabilidade econômica e social, cursos profissionalizantes para o efetivo ingresso no mercado de trabalho; Centro Municipal de Formação Profissional Juiz Walter Ribeiro Costa Junior, promoção de ações que tenham como características o desenvolvimento sustentado da população infanto-juvenil e suas famílias; Centro de Convivência para idosos Dona Zazinha Cerqueira,

proporcionar um ambiente participativo e solidário para as pessoas a partir de 60 anos, oferecendo atividades preventivas e sociais, promovendo a socialização entre idosos e sua cidadania; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), é um conjunto de ações que têm o objetivo de retirar crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos; Feira Produtiva, surge para apoiar as atividades produtivas no âmbito da economia solidária, fazendo a inclusão social através de mecanismos de fortalecimento do associativismo e cooperativismo; Pré-vestibular cidadão, oferecer gratuitamente a população carente um curso proporcionando aos alunos condições físicas, materiais, humanas e pedagógicas para o aprendizado; Centro POP Rua, É uma unidade operativa da Assistência Social, que presta serviços as pessoas em situação de rua, é ainda, um espaço para criação de vínculos e reconstrução de cidadania; CREAS, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados; O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

O trabalho de CREAS e do CRAS possui papel principal na prevenção da violação do direito, assistência e orientação social para comunidade, fortalecimento dos vínculos familiares na intervenção e remediação dos indivíduos que possuem seus direitos violados e recorrem. A cidade de Feira de Santana possui três CREAS denominados Maria Regis Ferreira de Lima, que abrange 24 bairros incluindo o bairro da Cidade Nova; o CREAS Zezito Freitas que assiste 20 bairros; e o CREAS Ruth Gusmão com a região de abrangência de 42 bairros que inclui o distrito de Jaguara.

#### 4.3 O CENÁRIO NO DISTRITO DE JAGUARA

Até 1943, o Distrito de Jaguara recebia o nome de Bom Despacho, a partir daí passou a ser denominado Jaguara, que na linguagem sertaneja significa onça, derivado do nome Jaguar. O Distrito é composto por 5 (cinco) subdistritos ou vilarejos, são eles: Morrinhos, Rio do Peixe, Lago D'agua (conhecido pelos

moradores locais como Pinicaria, local onde eram consertados "pinicos"), Sete Portas e Barra (FEIRA DE SANTANA, 2017a)

Com uma população de 5.200 votantes na última eleição municipal, habita-se em maioria no Distrito pessoas idosas e de meia idade. Essa população conta com um posto de saúde; um colégio municipal Colbert Martins; um Colégio Estadual Emília Pedra Braga; um Polo Digital onde os moradores aprendem a utilização de equipamentos de informática. A infraestrutura é bastante precária, contando com agua encanada pela Embasa, mas com um sistema de esgotamento desenvolvido pela própria população, onde os dejetos são despejados no Rio Jacuípe e no Rio do Peixe.

As atividades culturais giram em torno do único evento que ocorre todo ano no mês de setembro, após o período de festejos da Expofeira localizada na BR-324 em Feira de Santana. Os moradores de Jaguara contam com a arrecadação de donativos das barracas de comidas regionais e outros tipos de bens comercializados durante a semana da Expofeira para a organização da Festa do Vaqueiro, são dois dias de festa onde ocorrem a Missa do Vaqueiro, a Passeata do Vaqueiro e shows com bandas ofertadas pela prefeitura do município.

Os poucos jovens que ainda residem na cidade moram com parentes já aposentados e desenvolvem um pequeno comércio no centro do distrito. Como atividade de lazer e estimulo às atividades desportivas, o distrito possui uma escola de futebol e uma quadrilha de festejos juninos.

#### 4.4 O CENÁRIO NO BAIRRO CIDADE NOVA

De acordo com os moradores antigos, o bairro Cidade Nova foi criado em 1969 através da construção do primeiro conjunto de Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS) e posteriormente transformado em bairro. As ruas são batizadas com os nomes dos jogadores da seleção brasileira de futebol da década de 70, a exemplo das ruas Jairzinho e a Pelé.

O bairro está localizado no entorno do anel rodoviário da BR-324 e da BR-116, à margem do centro da cidade de Feira de Santana, vizinhos aos bairros Morada das Árvores, Parque Ipê, Mangabeira, Feira V e João Paulo. Na Rua Cinco, o bairro movimenta a maior parte de seu comércio formal e de ambulantes, onde se encontra também a Estação Norte de Transbordo, uma das principais feiras livre da

cidade. As principais Escolas Públicas sãos os colégios estaduais Luis Viana Filho e o Monsenhor Mário Pessoa, situados na rua Dois e na rua Brito respectivamente, responsável por abrigar alunos do bairro e das localidades vizinhas. A Cidade Nova não possui escolas ou creches fundadas pelo município, o Centro de Educação Básica (CEB) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) possui parceria com o município e é oferecido o ensino fundamental para a comunidade.

A Praça João Avelange oferece aos moradores do bairro e das localidades vizinhas atividades de lazer e de assistência social. O Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) é um programa do Governo Federal que integra em um mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação profissional, serviços de assistência social (CRAS), políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania. O Programa Arte de Viver da Fundação Municipal Egberto Tavares Costa (FUNTITEC) administra a parceira do município com o CEU e promove atividades, tais como: aulas de violão, capoeira, dança, teatro e pintura em tela. O grupo gestor do programa conta com as representações do bairro e de outros bairros vizinhos através do Conselho de Segurança e do Conselho de Saúde.

## **5 RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO**

O objetivo deste capítulo é analisar os discursos dos entrevistados que tem como universo a cidade de Feira de Santana e a amostra o Bairro da Cidade Nova e do Distrito de Jaguara.

Como instrumento de coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas onde os entrevistados desenvolviam seus discursos de acordo com meu contexto social e histórico dentro da comunidade.

As figuras de palavras foram produzidas pelo software Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), trata-se de um programa gratuito, que se ancora no software R e permite diferentes formas de análises sobre corpus textuais e sobre tabelas de indivíduos por palavras.

As nuvens de palavras funcionam como recursos gráficos para descrever os termos mais frequentes de um determinado texto. O tamanho da fonte em que a palavra é apresentada é uma função da frequência da palavra no texto, ou seja, as palavras que apresentam maior frequência são representadas em fontes de tamanho maior, palavras menos frequentes são desenhadas em fontes de tamanho menor, mas que se relacionam e produzem um contexto para percepção do discurso ou em demais recursos utilizados. Esta redução envolve transformar um dado em outro formato visual: o volume de respostas a cada pergunta, por exemplo, se é traduzido/reduzido em tamanho de colunas.

A Análise de Similitude baseou-se na teoria de Marchand e Ratinaud apud Camargo e Justo (2013) e é utilizada frequentemente por pesquisadores das representações sociais (cognição social). Possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura da representação.

#### 5.1 AS ENTREVISTAS

Os resultados obtidos por meio de entrevistas foram com base nas gravações feitas e gravadas em áudio com pessoas representativas nos locais estudados. Buscou-se por meio dessas entrevistas observar, indagar e inferir questões que permeiam a identidade de uma comunidade e as formas em que se consolida a cidadania através de seus modos de vida e como se relacionam na comunidade por

meio de seus direitos garantidos ou não, e como torna-se visível uma forma de cidadania que insurge. As perguntas foram estabelecidas de forma aleatória de acordo com o contexto em que cada entrevistado estava inserido.

As relações do sujeito com o mundo e com a linguagem é constituída pelas ideologias, que são vistas como o imaginário que cerca as relações desses sujeitos com suas condições de existência, na relação entre as coisas e a linguagem. Daí decorre que, por meio do discurso, não só a noção de linguagem entre os indivíduos é diferente, mas também as noções do social, da história, e do ideológico que se transformam. As formações imaginárias que são construídas a partir das relações sociais que se expressam por meio do discurso: a imagem que se faz de um pai, de um operário, de um prefeito, etc. Existe em toda língua mecanismos de projeção que permitem passar da situação sociologicamente descritível para a posição dos sujeitos discursivamente significativa (ORLANDI, 1994).

Por meio da Análise do Discurso observou-se nesta pesquisa os processos ideológicos e a constituição da linguagem, não só de forma conteúdista, mas os mecanismos de produção de tais ideologias, é um processo de observação do interdiscurso e o intradiscurso na constituição das ideologias e seus efeitos imaginários. Esse questionamento possibilita à analise uma compreensão de como os discursos são produzidos e como são elementos da Histórica de uma sociedade, assim, é possível vislumbrar as condições em que o discurso é produzido por meio de um olhar histórico e seus aspectos sociais envolvidos. Trata-se de compreender a singularidade da existência do enunciado.

Assim, deve-se buscar a verificação a partir de enunciados efetivamente produzidos em seu contexto (época e lugar), e nas condições e possibilidades do discurso a que são enunciados. Isto equivale a dizer que as transformações históricas possibilitam a compreensão da produção do discurso, seu aparecimento em determinados momentos e sua dispersão (ROBIN, 1973).

Os discursos que retomam as evidências dos direitos civis e políticos carregam em si as construções históricas de uma comunidade e a forma em que se constroem ideologias. Com relação ao trabalho político desenvolvido pela prefeitura e por sua figura representativa (o prefeito) no Distrito de Jaguara, o administrador do distrito percebe da seguinte forma:

Como o senhor percebe o trabalho da prefeitura no Distrito de Jaguara?

"O prefeito vez ou outra vem aqui, mas o pessoal daqui não recebe muito bem, as vezes recebe com palavrões e gestos que espantam o prefeito daqui. É mais comum "a gente vê a prefeitura aqui na festa do vaqueiro, fora isso, a prefeitura convoca o pessoal daqui mas ninguém comparece nas reuniões, o pessoal não se importa." (Administrador de Jaguara, informação verbal).

A figura do prefeito como representante comunitário configura-se de forma distorcida na estrutura social do Distrito de Jaguara. "[...] o pessoal daqui não recebe muito bem, as vezes com palavrões e gestos que espantam o prefeito daqui [...]". O representante eleito "pelo" povo não está vinculado "para" o povo, a construção da identidade e o sentimento de pertencimento está inserido na ideologia da comunidade rural, que não só por suas condições geográficas, encontram-se à margem da estrutura e dinâmica social a que se estabelece na sede, denominados por eles de "feira", evidenciados nos discursos como uma comunidade "esquecida" e não inserida no contexto do desenvolvimento do município em sua totalidade.

No que diz respeito a assistência prestada aos moradores do Distrito os moradores retratam uma percepção comum a todos entrevistados, a lentidão do desenvolvimento da comunidade e a ausência de serviços que atinjam aos seus anseios. Um dos moradores mais antigos (em uma linguagem própria: "nascidos e criados") do distrito, exprime que:

Ao longo desses anos que mora aqui, a senhora achou que a assistência para seu bairro melhorou?

"Aqui em minha casa nunca veio assistente de saúde. Eu tenho que falar a verdade. Melhorou umas coisas e piorou outras, mas não lhe digo que vi grandes mudanças por aqui."

"O prefeito passou aqui antes de ontem pra uma inauguração. Eu não vou dizer que não apoiei ele, votei nele porque esse menino meu precisou dele. Uma certa vez uma candidata a vereadora pediu minha casa pra se reunir aqui, mas eu não gosto de falsidade, eu disse pra ela que não, que meu menino

quem empregou foi o prefeito." (Moradora de Jaguara, informação verbal).

Com relação aos anseios estruturais e assistenciais, a senhora afirmou que:

O que a senhora sente falta aqui?

"Não tem uma padaria, não tem uma farmácia, nem banco ou lotérica, precisar de remédio tenho que ir "na Feira", no posto falta, eu mesmo não tomo remédio de posto, tem muita coisa aqui que não tem. A gente culpa o prefeito mas tem muita coisa que ele não sabe. Aqui mesmo tá precisando de uma escola de noite, e o prefeito disse que não sabia." (Moradora de Jaguara, informação verbal).

O vaqueiro, como uma figura central da fazenda e que desenvolve seu trabalho montado à cavalo, este personagem encouraçado caracteriza do Distrito de Jaguara, e, portanto, carrega em si raízes culturais e religiosas muito fortes, quando indagamos sobre as questões políticas do Distrito e como ele visualizava no cenário de sua comunidade, respondeu-se que:

Vocês encontram algum apoio político, de algum vereador por exemplo?

"Aqui não tem vereador nenhum, nem o administrador apareceu ainda, o que tinha aqui não fazia nada. Você viu a subida da barragem alí? Aquilo é uma vergonha, se chover ninguém sobe aqui e nem sai. Se fosse o tempo do ex prefeito Colbert já tinha resolvido, na verdade eu nem sei quem é que resolve isso hoje." (Vaqueiro, informação verbal).

Quando foi questionado sobre seu direito ao voto e suas escolhas políticas, o vaqueiro afirmou que:

Na última eleição o senhor votou para prefeito e vereador? "Votei, por mim, enquanto estiver velho eu voto, exercer meu direito de cidadão. Não estou muito satisfeito não, mas é o que temos pra votar pra ver se melhora um pouquinho, mas o que estão aí não representa o povo daqui. (Vaqueiro, informação verbal).

Com relação ao jovem, ao desenvolvimento do distrito e ao êxodo, em seu depoimento o vaqueiro apresenta que:

Os jovens daqui contribuem para o desenvolvido do Distrito, ou a maioria quer ir "pra Feira"?

"Aqui não tem nada para os meninos, eles vão tudo embora pra Feira, a única coisa que tem é jogar bola na quadra ou no campo, fora isso, a gente tá mandando pra Rio e São Paulo que é onde a gente tem os parentes. Aqui antigamente matava tanto boi, agora não tá matando nenhum, a chuva que deu não adiantou nada, eu mesmo tenho um pedacinho de terra com dois gados, acordei 3 horas da manhã mais o menino e fomos lá, damos mandacaru. Mas eu to aqui sem poder fazer nada, eu já vou fazer 80 anos, agora se eu arrumasse um trabalho na prefeitura pra meu menino, estava bom, quando a gente precisa de um carro é o dele, a mulher só vive doente, e eu também, tenho diabetes, pressão alta mas estou lutando." (Vaqueiro, informação verbal).

A assistência à saúde foi um dos pontos de maior impacto observado no depoimento dos moradores, o vaqueiro e sua esposa retrataram:

E o posto de saúde, quando o senhor precisa, encontra atendimento?

"Remédio? Oxe... até medico acabou, dizem que o médico daqui atende apenas o pessoal da "zona rural", os remédios que eu tomo mais minha mulher tenho que comprar "na Feira", agora mesmo tô até sem meus remédios, o que me mantem vivo são minhas atividades, tenho meu cavalo, meu uniforme de couro, vou sempre para as missas de vaqueiro que tem por ai, em Serra Preta por exemplo, me chamou eu vou, mês passado foi até aí no Rio do Peixe, ganhei um carneiro, um litro de uísque. Mas o que acontece, se aqui fosse bem arrumado, mas o prefeito parece que o prefeito não gosta daqui, o povo daqui também não é muito bom com ele, eu gosto dele, mas pra dizer que eu precisei dele, nunca precisei, até queria

precisar, mas nunca deu emprego pra nenhum da gente aqui. (Vaqueiro e esposa, informação verbal).

Os aspectos culturais e as manifestações que a comunidade do Distrito é fortemente evidenciada através dos trabalhos desenvolvidos pela própria comunidade por meio da dança junina e que se forma uma quadrilha. O organizador dos ensaios e o idealizador da quadrilha que está ativa desde 2004 retratam que:

Como a quadrilha participa na comunidade?

"A quadrilha surgiu a partir de uma vontade individual minha", eu via que só tinha o "bumba-meu-boi", e em uma época junina achei interessante criar uma quadrilha tradicional, e foi uma necessidade também de criar um trabalho cultural que fortalecesse a cultura local como também oferecer uma oportunidade a crianças e adolescentes do nosso distrito, além de proporcionar habilidade no aspecto emocional, gerando uma troca de experiências. (Organizador cultural de Jaguara informação verbal).

No contexto urbano e rural, as questões norteadoras para identificação da consolidação da cidadania por meio da educação, expressão cultural e vida política dos jovens estudantes, o diretor de um dos colégios estaduais do bairro afirma que:

Para você, como os alunos exercem a cidadania dentro da escola?

"No ano passado vivenciamos algo que pra mim foi bastante positivo, pra outros uma visão negativa, que foi a ocupação escolar, essa ocupação possibilitou, mesmo que nem todos os alunos da escola, que são em torno de 1.380 alunos matriculados, e dentro desse processo, inicialmente foram em torno de 30, mas que cerca de 200 alunos estavam atentos ao movimento, esse movimento permitiu uma reflexão, porque os que estavam lá começaram a limpar a escola e criavam rodas de conversas que tinham visitas de psicólogos, de assistentes sociais, de algumas esferas políticas, e ai trouxeram temática do tipo: gênero, etnia, racismo, homofobia, então, as vozes que

são silenciadas encontram espaço pra externar o que eles vivem." (Diretor do Colégio Estadual)

"A comunidade escolar, como toda a comunidade de Jaguara, é muito carente e talvez nem conheça seus direitos de cidadãos. Politicamente, não são preparados para o exercício da cidadania, alguns políticos, que surgem daqui, ou são por conhecimentos herdados dos pais, ou por incentivos de alguém que deseja vê-lo como político; culturalmente, a comunidade vive de algumas festas realizadas por aqui, como: festa do vaqueiro, São João, dentre outras, visto que o distrito é pobre e não dispõe de muitas opções culturais para o exercício de sua cidadania." (Diretora do Colégio Estadual de Jaguara informação verbal).

O Vice Diretor ressaltou um ponto importante sobre as formas de interações culturais inerentes à cada estudante dentro de suas particularidades:

Como a comunidade escolar pode manifestar suas formas de cultura?

"Temos a disciplina de diversidade cultural, que trabalha ou tenta trabalhar a questão da cidadania e diversidade cultural, que tentam presar pelo desenvolvimento de uma cultura comum, que normalmente a gente tem a mania de achar que alguém tem menos cultura que o outro, a cultura culta ela sempre se sobressai para poder manter e fazer a separação das pessoas." (Vice Diretor, informação verbal).

Por outro lado, a Diretora do Colégio Estadual de Jaguara afirma que:

"Os alunos precisam de melhores condições de tratamento. Que todos sejam tratados igualitariamente, independente de serem da sede, dos distritos ou da zona rural. Que a comunidade estudantil disponha de meios suficientes para que possa estudar sem nenhum preconceito de qualquer natureza e que disponha de recursos materiais, econômicos, financeiros e afetivos." (Diretora do Colégio Estadual de Jaguara, informação verbal).

Com relação às diferenças existentes entre os estudantes, como de raça, religião, necessidades especiais físicas e mentais, indagou-se ao Diretor se é possível perceber alguma diferença na forma de manifestação da cidadania desses alunos dentro da escola:

"Diretamente não é possível ver. Retomando ao caso da ocupação, o pessoal do movimento negro e os homossexuais, sinalizaram que eles sofriam com o silencio durante o processo, e achávamos que dávamos esse espaço dentro da escola para todos. É um processo complexo, não envolve somente a gestão da escola e seus anseios. Quando não temos os elementos que compõem a escola, como o capital intelectual e cultural do corpo de professores, de forma organizada, acabamos tendo dificuldades para ouvir essas vozes. Dentro da escola estamos encontrando uma perspectiva para um futuro melhor." (Diretor do Colégio Estadual, informação verbal).

O Instituto Antônio Gasparini (IAG) atua na comunidade oferecendo serviços assistenciais ao idoso e adolescente por meio do NEOJIBA, oferecendo oficinas de música e orquestra, e através do Domingos Mincarone a assistência ao idoso e à comunidade carente, a coordenadora do IAG retratou sua percepção da cidadania da população atendida através das oficinas:

"Em cada ano temos o oferecimento de oficinas diferentes, porque ficamos no aguardo da disponibilidade de voluntários, porque assim como nós não cobramos nós também não temos despesas com o pagamento desses profissionais. Então entendo a cidadania deles bem presentes através dessa mão dupla dos direitos e deveres, são pessoas que querem compartilhar o seu tempo, seu conhecimento." (Coordenadora do IAG, informação verbal).

"Cada atividade que desenvolvemos aqui, com suas especificidades permite que essas pessoas encarem a vida de outra forma, nós temos muitos idosos que chegam aqui sem um sentido pra vida, já não encontram um porque desenvolver

qualquer atividade, e aí a vida se torna um vazio muito grande, e as doenças aparecem, como a depressão, então buscamos o resgate da autoestima é algo que buscamos em todas as atividades, então buscamos a reabilitação das capacidades físicas, cognitivas." (Coordenadora do IAG, informação verbal).

A feira livre situada ao lado do transbordo estação norte do bairro Cidade Nova abriga feirantes de todos os bairros e distritos. Local de trabalho, de trocas culturais muito grandes entre diversas pessoas, e objetiva desenvolvimento econômico do bairro e região. As entrevistas com os feirantes refletem os anseios de políticas públicas para o desenvolvimento social desses trabalhadores que contribuem para o fluxo econômico do bairro. A duas feirantes foi perguntado de que forma ela conseguia garantir seus direitos de cidadã enquanto trabalhadora:

"Quais direitos? Garantidos por quem? Aqui não! Governo não quer saber como a gente tá, o que a gente tá precisando, quando estamos precisando nós mesmos que nos reunimos e resolvemos." (Feirante 1, informação verbal).

"Quando a gente quer exigir qualquer coisa a administradora daqui é "topetuda", eu sei que tem um monte de gente que sofre aqui, eu já vi ela tomando a barraca dessa mulher aí da frente, que ela lá fora, não existe respeito aqui." (Feirante 2, informação verbal).

Essa feirante relatou que trabalha a 20 anos e que acompanhou a mudança nos trabalhos de diversos governos municipais:

"Pra o que era, a feira melhorou muito, porque antigamente era na lama e não era coberto, só que nunca tá 100%, sempre tá precisando de melhoria. Aqui tem uma administração, mas que já não tá agradando mais, não representa os feirantes." (Feirante 1, informação verbal).

Com relação às condições de trabalho, outra feirante que afirmou trabalhar há 10 anos, foi questionado se houve melhora ao longo desse período:

"Eu sei que antigamente era pior, mas eu esperava mais. Aqui é uma feira fechada deveria ser melhor, atrair mais cliente, eu não vejo uma ideia pra contribuir pra o desenvolvimento da feira. A mentalidade deles devem ser que nós somos um povo da roça, que é pra deixar trabalhar de qualquer jeito. Em São Paulo as feiras são tudo chique, não é qualquer pessoa que entra, mas aqui, a gente é tratado desse jeito, que nem bicho do mato." (Feirante 2, informação verbal).

O trabalho infantil e do idoso é uma realidade presente na feira livre, porém os feirantes enxergam de maneira diferente:

"O trabalho infantil aqui não é bem um trabalho, são os meninos que estudam meio de semana e as mães trazem final de semana pra ajudar, até porque pra amanhã ou depois não virarem um marginal, o que eu acho certo." (Feirante 3, informação verbal).

Para melhor o trabalho na feira livre e a assistência do município uma das feirantes afirmou que:

"Deveria botar uma pessoa da prefeitura na administração. As vezes deixamos nosso material de trabalho aqui, o povo rouba, e ninguém dá conta. Quando a gente precisa de uma melhoria, não encontramos nada. Antigamente até tinha uns projetos aqui, mas tem muitos anos. Mas a maioria das vezes a gente mesmo que resolve as coisas aqui, vez ou outra pedimos ajuda a um policial amigo da gente aqui. A gente até paga uma taxa pra ter barraca aqui, mas até parei de pagar porque não estou vendo melhorar nada, e eu sei que a prefeitura manda verba pra aqui, mas a administradora vive cobrando minha taxa. (Feirante 3, informação verbal).

Através desses elementos e constatações, é possível eliminar algumas ilusões desenvolvimentistas a que se tenta manter a hegemonia de um Estado ou Unidade Pública (como os municípios), através do qual, os benefícios econômicos concentram-se nas mãos de poucos (o que não promove desenvolvimento), e são legitimados como se fossem extensivos à todo o conjunto social. As estratégias podem estar ligadas à grandes incentivos voltados para essa pequena parcela e ao próprio interesse da máquina governamental, baseados em vetores impostos de

cima pra baixo ou externos à maioria do conjunto da população, ignorando e desvalorizando o potencial físico e humano local.

O Conselho Local de Saúde e Segurança do bairro Cidade Nova desenvolve um trabalho onde busca identificar as necessidades do bairro, esse Conselho conta principalmente com a participação de agentes de saúde e assistentes sociais em através de visitas aos domicílios e com parceria com a Unidade Básica de Saúde e com o CRAS do bairro. Com relação às atividades desenvolvidas pela prefeitura no bairro, os membros do conselho disseram que:

"Percebemos uma fragilidade nesse serviços, mas que percebemos o esforço do governo, porém, sabemos que há situações em que inviabilizam o acesso ao direito da população exercer de uma maneira efetiva e eficiente em relação ao direito à saúde. Sabemos que existem alguns programas, mas não há quantidade de pessoas suficientes para trabalhar e atender as pessoas, não há também material para trabalho suficiente e por outro lado, o que têm não é utilizado." (Conselho Local de Saúde e Segurança, informação verbal).

Com relação às atividades desenvolvidas para comunidade, foi perguntando quanto à interação da comunidade nessas atividades:

"Muito difícil. O que presenciamos são as crianças utilizando a escolinha de futebol do CSU (Centro Social Urbano)\*, tem uma escola de circo e o IAG (Instituto Antonio Gasparini), mas não são atividades oferecidas pela prefeitura, é uma parceria do Estado com o município, e o IAG que é uma associação da principal igreja católica do bairro e atende aos idosos e jovens. O que falta para a participação dos moradores é o interesse, o espirito de comunidade, e eles entenderem que é dessa forma em que eles exercem sua questão política de ser cidadão, mas eles não se fazem presente nos momentos de reuniões que a comunidade propõe, mas isso está enraizado nas pessoas, em tudo elas não agem de maneira preventiva através da união, do contrário, isso facilitaria até mesmo o trabalho da prefeitura." (Conselho Local de Saúde e Segurança, informação verbal).

"Aqui é um bairro com uma população de migrantes e imigrantes, então eu acredito que o que ajudaria no trabalho da unidade é a união da igreja com as escolas, com a unidade básica de saúde etc, mas a questão política atrapalha muito, porque parte dessas pessoas que fazem parte desses locais ascendem politicamente e abandonam o controle social, aqui nem vereador temos, mas isso é um engano, porque os políticos contribuiriam muito mais eles estivessem se diariamente aqui na comunidade, então o espirito de cooperativismo some quando há interesses políticos." (Conselho Local de Saúde e Segurança, informação verbal).

O acesso da comunidade aos serviços de saúde foi um dos aspectos questionados e relacionado com acesso ao direito da saúde dos cidadãos, o Conselho afirmou que existe muita dificuldade:

"As pessoas adoecem mais rápido pela dificuldade de acesso aos serviços. Então para nós, vemos que é um direito sem resposta. Os serviços do rádio ainda ajudam muitas pessoas a conseguirem um medicamento, a expor uma queixa e tentar agilizar a resolução dos problemas. Vemos aqui no dia a dia, que o próprio serviço de saúde exclui o cidadão e acelera sua morte por meio dessas cotas que são estabelecidas, principalmente nos casos de alta complexidade, que só vem uma vaga pra ser agendada." (Conselho Local de Saúde e Segurança, informação verbal).

Em um contexto de uma modernidade periférica, há uma relação por meio de redes invisíveis de crenças compartilhadas através de valores inerentes aos indivíduos e às comunidades, e que são reproduzidos cotidianamente pelas formas em que as ideologias políticas e culturais estão enraizadas nas práticas do dia a dia que determinam e representação de cada indivíduo na sociedade. Segundo Sen (2010, p. 18), "o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por

oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas." Assim, Sen (2010), demonstra que a liberdade de ter boa assistência médica, social, aliada à uma boa educação básica, contribuem para o desenvolvimento e fortalecimento do cidadão, e do contrário, essa limitação aqui perceptível através das falas dos entrevistados, diminui a possibilidade do cidadão de se inserir no processo social de desenvolvimento, e sua insurgência como cidadão político e civil.

Sen (2010) demonstra a questão de outro modo à complementar esta ideia, e que está relacionada aos processos desenvolvimentista para o crescimento econômico, quando afirma que "a contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é obviamente importante, mas vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca – de palavras, bens, presentes". (SEN, 2010, p. 20).

A vulgarização da classe política ou da sociedade como um todo, com suas raízes culturais oriundas da era colonial, atribuem relações com as questões sociais que particulariza cada comunidade, equivale a uma "herança cultural" que atravessa séculos e que se mantem inalterada e diversos contextos de uma sociedade.

#### 5.1.1 Nuvem de Palayras – Todas as Entrevistas

Nesta seção apresenta-se a figuração das representações obtidas das linguagens presentes nos discursos dos entrevistados por meio da Nuvem de Palavras produzidas pelo programa Iramuteq e das Figuras de Similitude.

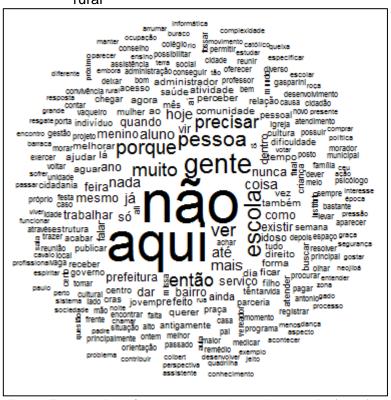


Figura 9 - Nuvem de palavras relacionadas: entrevistas cidadão urbano e rural

Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2017).

As relações em que se estabelecem os discursos dos entrevistados, de forma conjunta (meio rural com o meio urbano), traz uma percepção de repetições de palavras relacionadas às discordâncias das reais necessidades e o assistencialismo oferecidos pelos serviços municipais e suas políticas públicas. "Não" e "Aqui" demonstram a percepção desses indivíduos onde através de suas experiências e das suas relações estabelecidas em seu ambiente comunitário e as trocas que são estabelecidas em mão dupla entre o rural e o urbano, e que "Não aqui" expressa que no contexto em que estão inseridos, o feedback, e a recepção real das políticas municipais não chegam à suas reais condições de vida.

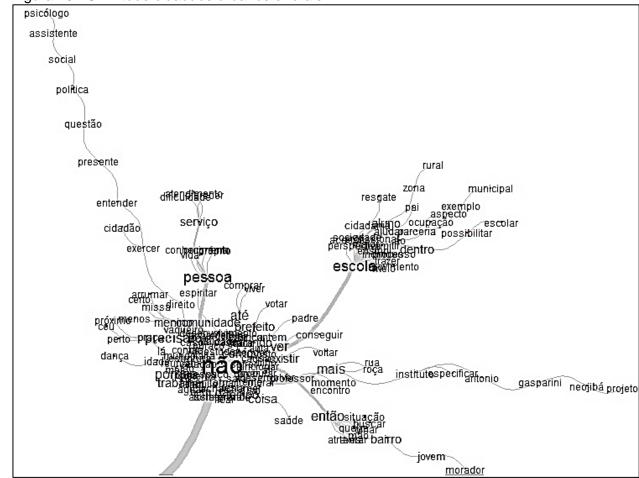


Figura 10 - Similitude cidadãos urbanos e rurais

Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2017).

Dos 13 entrevistados que englobam a amostra do Distrito de Jaguara e do bairro Cidade Nova. O processo de construção da representação da cidadania das duas amostras apresenta um eixo central da palavra não em que se expressa nas falas que tratam de uma liderança representativa. As interações sociais diárias entre os moradores da área rural e urbana constroem mutuamente, as circunstancias que exprimem as movimentações da consolidação da cidadania e como esses sujeitos se expressam na sociedade feirense. Isto significa e exige não só novas interpretações da cidadania feirense, mas uma ampliação do conceito de uma Cidadania Insurgente, que promove uma visão compreensiva e interpretativa desses sujeitos através de sua historicidade, através das palavras percebidas acima: *votar, conseguir, momento de encontro, direito, comprar, momento e encontro*, e esse dinamismo na atualidade.

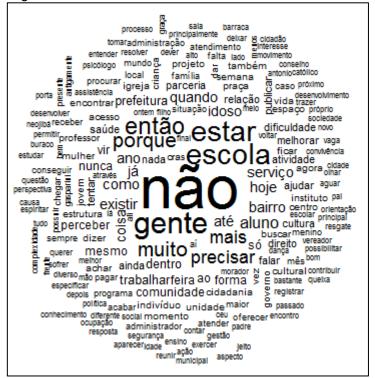


Figura 101 - Nuvem de Palavras: cidadãos urbanos Cidade Nova

Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2017).

No bairro da Cidade Nova, as principais movimentações estão relacionadas ao fluxo de pessoas em torno do ambiente escolar e da feira livre. As palavras "Não", "Gente", "Escola" e "Precisar" estão relacionadas com o contexto do bairro, em que se percebe de acordo com os discursos uma carência relacionada com as condições de trabalho na feira, principalmente porque ainda se encontram trabalho infantil (ainda que essas crianças não trabalhem em horário escolar como mencionado por uma das feirantes) e do idoso, idosos esses que ainda se encontram moradores do bairro e em seu entorno desde a fundação das moradias da URBIS. Nos discursos dos cidadãos urbanos do bairro da cidade nova percebese também o desconhecimento dos serviços do CRAS, que foi fundado em uma das principais praças do bairro no final do ano de 2016, mas que reconhecem serviços paralelos de assistencialismo, como os que são desenvolvidos por associações de moradores e pelo IAG (que está localizado na rua à frente do CRAS).

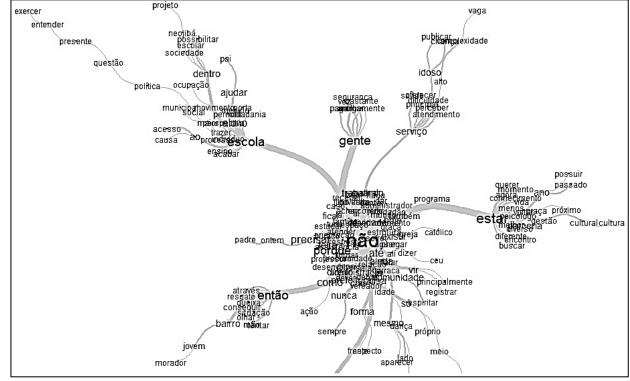


Figura 12 - Similitude cidadãos urbanos

Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2017).

As representações demonstradas pela similitude dos cidadãos da Cidade Nova relaciona fortemente a palavra *não* às palavras *gente, estar, escola e então*, exemplificadas nos trechos abaixo:

"Quando **não** temos os elementos que compõem a escola, como o capital intelectual e cultural do corpo de professores, de forma organizada, acabamos tendo dificuldades para ouvir essas vozes..."

"...já que **não** temos uma estrutura dentro da escolar que permita uma atenção especial..."

"Observamos que os direitos inerentes à cada um, muitos **não** sabem, **não** conhecem de que forma podem receber assistência..."

"Aqui tem uma administração, mas que já **não** tá agradando mais, **não** representa os feirantes."

- "...porque existem muitas coisas que eles **não** sabem, é uma forma de comunicação e um elo entre a comunidade e o posto de saúde..."
- "...**não** há quantidade de pessoas suficientes para trabalhar e atender as pessoas..."

O papel da escola quanto à construção da "gente" que compõe o bairro da Cidade Nova caracteriza como uma das principais relações do processo de identidade e manifestação das características políticas e culturais desta comunidade. A associação ao "porque", "então" e "estar" estabelecem relação com o "não gente" e as inquietações de uma cidadania insurgente, que se caracteriza pela busca da independência relatada nos discursos da amostra de entrevistados, são cidadãos que percebem complexamente a dinâmica social de sua comunidade em um contexto que se expande para o exterior do bairro. A busca por direitos e na consolidação de sua identidade subjetiva está demonstrada seja através da criação de uma associação que atenda às necessidades assistenciais dos moradores, seja na não representatividade de seus líderes outrora demonstrada pela independência em suas ações civis, políticas e educacionais, e no sentimento dinâmico de pertencimento figurado na palavra "estar", uma movimentação por uma cidadania que insurge através deste cenário.



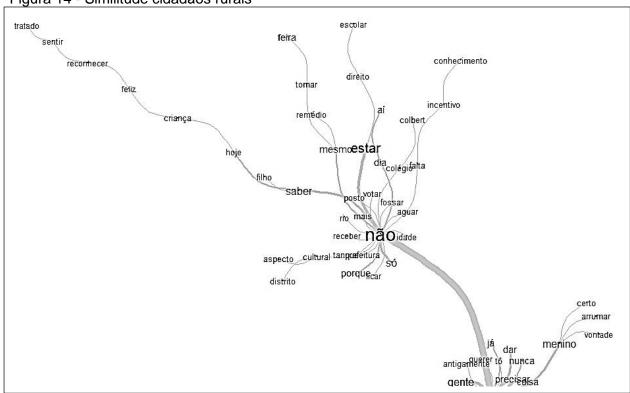
Figura 113 - Nuvem de Palavras: cidadãos rurais Jaguara

Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2017).

A nuvem de palavras produzidas através dos discursos dos moradores de Jaguara possui pouca densidade, caracterizando uma convergência de ideias e contextualização dos discursos apresentados pela amostra. As palavras "não", "aqui" e "prefeito" demonstram as principais relações estabelecidas diante de todo o contexto em que se insere os discursos das amostras urbana e rural, entretanto, há uma forte relação com a figura do prefeito, a qual muitos não reconhecem como um

líder representativo, mas que demonstra por outra via uma dependência social com esta figura na busca do desenvolvimento dos moradores de Jaguara. As formas em que se estabelecem as condições de cidadãos na área rural torna-se divergente da que está perceptível no contexto urbano, ainda há um retardamento de uma cidadania insurgente, e um contexto de "apadrinhamento" ou um "coronelismo" ainda enraizado na formação do discurso desses cidadãos como fonte de perspectiva de desenvolvimento social.

Figura 14 - Similitude cidadãos rurais



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2017).

A palavra *não* presentes nos discursos da comunidade de Jaguara se relaciona fortemente com as palavras *idade*, *água*, *votar*, *posto e estar*, representando o contexto social e econômico do Distrito pelas secas constantes, pelo direito ao voto e à não representação de um líder na comunidade, e pela carência de assistência dos serviços de atenção básica que regem as suas condições de "estar" desses moradores e suas características comportamentais para uma cidadania a insurgir. A dinâmica da amostra entrevistada se exemplifica a seguir:

"O prefeito vez ou outra vem aqui, mas o pessoal daqui **não** recebe muito bem"

"o pessoal não se importa."

"Nós temos dois colégios, o municipal Colbert Martins, o estadual Emília Pedra Braga; agua encanada, mas **não** temos esgoto "

"...mas eles **não** fazem nada"

"Sabe porque que o prefeito não gosta daqui?"

"Eu **não** vou nesse posto porque nunca tem ficha, aí não atende"

"Aqui **não** tem vereador nenhum, nem o administrador apareceu ainda, o que tinha aqui **não** fazia nada."

"...a chuva que deu não adiantou nada."

"mas não tem nada pra esse povo fazer aqui, eu mesmo sei que meus filhos logo irão querer morar na "Feira".

A palavra com maior frequência, o "não", denota as condições de vida do Distrito. As relações do "não aqui" com "estar", "prefeito" e "gente" se materializam nos discursos com a não representatividade da figura do prefeito como líder político, nas discursões acerca do sentimento de pertencimento à área rural em que caracteriza uma "gente" à margem do contexto urbano e uma "não gente" que não se enquadra na configuração do cenário estabelecido pelas políticas públicas municipais e a participação desses indivíduos na dinâmica social do município de Feira de Santana.

# 6 CONCLUSÕES

O estudo objetivou avaliar o processo de consolidação da cidadania em Feira de Santana para os fundamentos das políticas públicas de desenvolvimento social através de um estudo de caso em um bairro e um distrito rural da cidade.

A desigualdade, imposta pela crescente expansão do capitalismo, expansão esta que atinge o campo e a área rural, tem conseguido dividir a sociedade em dois seguimentos, aqueles que buscam uma cidadania insurgente, constituído pela população dos grandes centros urbanos, e por aqueles que ainda buscam a consolidação de sua cidadania apenas por meios civis (aqueles previstos na Constituição Federal Brasileira).

Os atributos próprios da cidadania são evidenciados através das movimentações e relações histórico e social dos indivíduos do meio urbano e do meio rural da cidade de Feira de Santana, através de suas dimensões política, educacional e cultural, ainda que em velocidades e dinâmicas distintas, mas que convergem em suas reais necessidades, dinâmica esta que pode estar relacionada às imposições dos tratamentos das políticas públicas de desenvolvimento social, que trata o cidadão urbano e rural em iguais condições, não considerando seu contexto e história em que estão inseridos. Isto permite visualizar os fenômenos de desigualdade social e econômica presentes dentro de cada espaço urbano e rural, bem como nas relações entre eles, e que influenciam no processo de evidenciação da cidadania.

Através da análise do discurso, a visibilidade social, ou a invisibilidade de parte da população, tanto rural quanto urbana no município de Feira de Santana é notória por meio das construções ideológicas perceptível nos modos de vida e nas interações estabelecidas para a convergência para as condições de cidadão, relacionadas e refletidas na caracterização dos cidadãos feirenses.

Considerando-se o que se apurou no estudo, conclui-se que:

 a) O desenvolvimento social de uma comunidade ganha força a partir de um laço comunitário para a assistência social da população que está inerente ao indivíduo independente das formas em que são desenvolvidas as políticas públicas municipais;

- b) Há lacunas perceptíveis entre a assistência social por meio das políticas públicas e as reais necessidades do indivíduo, seja no âmbito rural ou urbano;
- c) Apesar de uma estrutura urbana que permite promover o atendimento às necessidades da comunidade, as políticas públicas não conseguem desenvolver trabalhos de forma eficiente e/ou eficaz nas comunidades;
- d) A cidadania inerente aos indivíduos situados nos eixos rurais e urbanos diverge por meio das experiências particulares ao contexto em que estão inseridos, e se aproximam no que toca às carências assistenciais providas pelo município;
- e) Existem lacunas na estrutura gestora das ações públicas do município. O despreparo estrutural dificulta ações eficazes no atendimento há população da cidade. O armazenamento de dados de forma precária e não sistematizada não contribui para gestão de acordo com as reais necessidades da comunidade, e por consequência comprometimento do desenvolvimento social;
- f) O desenvolvimento de políticas públicas deve estar intimamente ligado às raízes culturais e políticas de cada comunidade;
- g) O modo em que cada indivíduo se vê representado em sua comunidade relaciona-se fortemente com a história de desenvolvimento de seu bairro/distrito por meio dos legados culturais e políticos que passam por gerações.
- h) As principais características dessas movimentações recentes, em que se percebeu através desse estudo e das mudanças sociais apresentadas, permitindo observar que ele não ocorre de forma dependente à faixa etária, sexo, ocupação, condição de moradia, cor e região. De modo que, a mobilidade social ascendente e a cidadania insurgente, revela a transformação maior que se verifica no âmbito tanto da economia como das políticas públicas.
- i) É preciso que os órgãos governamentais federais, estaduais e municipais voltem os olhos para a estrutura que é construída nas movimentações sociais em cada contexto, a fim de que os recursos públicos sejam bem administrados, para prover melhores ações e

resultados mais eficazes e efetivos, objetivando a independência dos cidadãos para convergirem na direção do desenvolvimento de direitos civis, sociais e políticos, para isso é preciso que haja uma identificação das políticas públicas com a identidade da comunidade.

O presente estudo atendeu aos objetivos propostos através da metodologia proposta, e ao longo do que dissertou-se deixou percepções e anseios para futuras pesquisas, bem como sugestões em suas entrelinhas e afirmações para a busca do desenvolvimento de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento social. Paralelamente objetivou-se através desse estudo a complementariedade de estudos já existentes, bem como a sugestão para pesquisas futuras no tema da cidadania e políticas públicas a que jamais se esgota por sua subjetividade e abrangência.

Portanto, através desse estudo foi possível perceber uma face contemporânea da cidadania, com características próprias do município e as modificações ao longo do tempo pelas próprias relações sociais asseguradas pela sociedade na figura de uma cidadania insurgente na cidade de Feira de Santana. Insurgir no sentido das movimentações e manifestações que se opõe pela dinâmica estabelecida pelo governo municipal, pela mistura da historicidade existente em cada comunidade que compõe uma sociedade de uma cidade, ou estado e nação, e que mostra-se não variável pelas políticas públicas formuladas pelas LDO, LOA ou pelos empenhos e execuções das despesas e receitas orçadas, carece de novas reformulações políticas que se representem pela independência de um povo.

Assim, a compreensão do sujeito nas esferas políticas, educacionais ou culturais deve ser estabelecida através das diversas relações entre os homens, e desses para com o espaço em que estão inseridos, sem que haja uma ideia de políticas pré-estabelecidas, o que só seria aplicável em condições de plena igualdade (de classe ou ideologia), ou seja, não há uma ideia de "política original". O que, de acordo com Arendt (2010) configura uma sociedade onde as diversidades absolutas são organizadas de acordo com um conceito de igualdade previamente estabelecido, e que, em contrapartida, tais diferenças absolutas são coordenadas através das políticas públicas. Assim, a Cidadania deverá ser uma forma de efetivar a liberdade dos indivíduos, e equidade nas participações e representações a que considerem as formas dinâmicas em que se consolidam a história viva em cada comunidade.

### **REFERÊNCIAS**

ACORDA CIDADE. [Portal institucional]. 2017. Disponível em: <a href="http://m.acordacidade.com.br">http://m.acordacidade.com.br</a>> Acesso em: 27 set. 2017.

ARAGÃO, Gilton Alves. **Desigualdade na Bahia:** uma análise estrutural dos condicionantes socioeconômicos, políticos e culturais da desigualdade no Estado da Bahia no período 1946-2006. 2011. Tese (Doutorado)- UNIFACS -Universidade Salvador, Salvador, 2011.

ARAGÃO, Iracema Raimunda Brito Neves. **Hegemonia no discurso científico contábil no Brasil**. 2016. Tese (Doutorado)- Universidade São Paulo - USP, São Paulo, 2016.

ARENDT, Hanna. **A condição humana. 11. ed.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BALDIM, Marjorie. **Gestão do ouro azul no contexto globalizado neoliberal:** bem econômico ou bem social? Araraquara: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em:

<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm</a>. Acesso em 3 jan. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/LCP/Lcp101.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/LCP/Lcp101.htm</a>. Acesso em: 7 jan. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, 2013.

CARMO, René Becker Almeida. **A urbanização e os aglomerados subnormais de Feira de Santana**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

CHAGAS, Thiago; FELISMINO, Sandra Cordeiro. Conceito Gramisciano de sociedade civil: usos e abusos na Educação. In: COLÓQUIO, 4., 2005, Campinas. **Anais...** 2005.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo:** para uma teoria da cidadania. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CRUZ, Patrícia Fernanda de Sousa. Os desafios da gestão local e das políticas de desenvolvimento territorial no Polo Petrolina (PE) – Juazeiro (BA): dinamismo econômico x desigualdades socioespaciais. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 1., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** 2012.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Os países desenvolvidos e a desigualdade econômica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.21, n.3, p.449-484, dez. 2012.

DIAS, Patrícia Chame; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Cidades médias e pequenas:** dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas na relação cidadecampo. Salvador: SEI, 2015.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Agronegócio e desigualdades**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006.

FACO, Vanessa Marques Gibran. **Famílias de zona rural e urbana:** características e concepções de adolescente. 2007. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências, Bauru, 2007.

FEIRA DE SANTANA. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). 2017a. Disponível em:

<a href="http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=10&link=sedeso/creas.asp">http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=10&link=sedeso/creas.asp</a> Acesso em: 5 jan. 2017.

FEIRA DE SANTANA. Lei nº 1802 de 30 de junho de 1995. Modifica a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Feira De Santana, e dá outras providências. Feira de Santana, 1995.

FEIRA DE SANTANA. **Lei nº 3433, de 10 de dezembro de 2013.** Feira de Santana, 2013.

FEIRA DE SANTANA. Lei das Diretrizes Orçamentárias 3556 de 09 de julho de 2015. Feira de Santana, 2015.

FEIRA DE SANTANA. Lei das Diretrizes Orçamentárias 3632 de 30 de julho de 2016. Feira de Santana, 2016.

FEIRA DE SANTANA. **Portal da Transparência Cidadã**. 2017b. Disponível em: <a href="http://www.transparencia.feiradesantana.ba.gov.br">http://www.transparencia.feiradesantana.ba.gov.br</a> Acesso em: 4 jan. 2017.

FERNANDES, Claudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da análise do discurso no Brasil. **Letras,** Rio Grande do Sul, n.27, p.39-46, 2003.

FONSECA, Rogério Gerolineto; SANTOS, Joelma Cristina dos. Os recentes processos migratórios em Ituiutaba (MG) e a inserção das agroindústrias Canavieiras. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v.1, n.33, p.24-49, jan./jul. 2011.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-</a>

<a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-311X2008000100003&lng=en&nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-311X2008000100003&lng=en&nrm=iso</a> Acesso em: 12 jan.2017.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1977.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **Alfa**, São Paulo, v.39, p. 13-21,1995.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno CEDES**, Campinas, v.21, n.55, p.30-41, 2001.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente:** disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010.** Disponível em: <a href="https://censo2010.ibge.gov.br/">https://censo2010.ibge.gov.br/</a> Acesso em: 10 jan. 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **[Portal institucional].** 2016. Disponível em: <a href="http://www.ibge.gov.br/">http://www.ibge.gov.br/</a> Acesso em: 30 jun. 2017.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. [Portal institucional]. 2016. Disponível em: <a href="http://www.ipea.gov.br/">http://www.ipea.gov.br/</a> Acesso em: 30 jun. 2017.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA, Roberto. **Feira de Santana como capital regional**. Feira de Santana: Cdl – FS Clube de Dirigentes Lojistas de Feira de Santana. 2017. Disponível em: <a href="http://www.cdlfs.com.br/2010/feiradesantana.php">http://www.cdlfs.com.br/2010/feiradesantana.php</a>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

MACEDO, Cecilia de Fátima Boaventura de. **Representações sociais de alunos do Ensino Médio sobre cidadania**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

NERI, Marcelo Cortes. **Desigualdade de renda na década**. São Paulo: CPS; FGV, 2011.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIC, Nelson Bacic. Aspectos do novo rural brasileiro. **Revista Pangea:** quinzenário de política, economia e cultura, São Paulo, dez. 2001.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de direito financeiro**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, p.53-59, jan./mar. 1994.

PERRUCHO FILHO, Jácomo Mutti. **Gestão social e políticas públicas**: a agência de desenvolvimento social. 2004. 292 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Santa Catarina, 2004.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** 2013. Disponível em: <a href="http://atlasbrasil.org.br">http://atlasbrasil.org.br</a> Acesso em: 23 jan. 2017.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **[Portal institucional].** 2017. Disponível em: <www.br.undp.org> Acesso em: 10 jun. 2017.

POCHMANN, Márcio. Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 637-649, out./dez. 2010.

POCHMANN, Marcio. Novo padrão de mudanças sociais no Brasil. **Revista Nueva Sociedad Português**, dez. 2010b.

PORTAL R7. **Governo da Bahia cria região metropolitana de Feira de Santana**. 2011. Disponível em: <a href="http://noticias.r7.com/cidades/noticias/governo-da-bahia-cria-regiao-metropolitana-de-feira-desantana-20110707.html">http://noticias.r7.com/cidades/noticias/governo-da-bahia-cria-regiao-metropolitana-de-feira-desantana-20110707.html</a> Acesso em: 1 ago. 2017.

PORTELLI, Huges. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

RIBEIRO, Joselito de Macêdo. O sistema produtivo da mandioca e seu aproveitamento industrial no Estado da Bahia: um estudo de caso nos Territórios de Identidade Portal do Sertão, Vitória da Conquista e Recôncavo. 2014. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) — Universidade Salvador - UNIFACS, Salvador, 2014.

ROBIN, Regine. História e linguística. Trad. Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1973.

ROUANET, Sérgio Paulo et al. **O homem e o discurso:** a arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri ; LEMOS, Amália Inês G. de (Org.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Lucas Bispo de Oliveira; HENRIQUE, Wendel. Caracterização da evolução urbana e da situação urbana atual de Feira de Santana. In: SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA, 2012, Feira de Santana. **Anais...** Feira de Santana: Uesb, 2012.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIQUEIRA, Hedi Crecencia Heckler de; ERDMANN, Alacoque Lorenzini. A produção do conhecimento: o construtivismo como estratégia metodológica. **Revista de Enfermagem UERJ,** v.15, n.2, p.291-297, abr.-jun. 2007.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania:** por uma Sociologia Política da modernidade periférica. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. (Coleção Origem).

SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência brasileira. São Paulo: Leya, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VEYNE, Paul. **Foucault:** seu pensamento, sua pessoa. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.